



Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Nuno Filipe Cação Marques, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino e Alberto Manuel Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel Conceição Batista, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão), Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal André Valente Martins e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 1 a 3).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Gordo Martins e Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentou pedido de substituição, Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 6, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentou pedido de substituição, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

N.º 3/2017 – Sessão Ordinária de 30 de junho e 6 de julho de 2017

Presidente da Mesa – Não há qualquer pedido de palavra por parte dos senhores deputados para apresentar qualquer tipo de proposta de correção à ata, no entanto não queria deixar de salientar que é uma questão formal, uma questão de terminologia, mas que me parece que de alguma maneira é de chamar a atenção para a página 48 desta mesma ata. Como foi uma sessão com duas reuniões, diz-se em determinado momento nesta página que *“O Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão quando era uma hora e trinta e cinco minutos do dia um de julho do ano de dois mil dezassete.”*, ela não foi encerrada propriamente, a reunião continuou só que não com a presença efetiva dos senhores deputados e depois continuou e os trabalhos foram reabertos na reunião seguinte. Portanto o termo deverá ser *“...suspendeu os trabalhos a retomar...”* neste caso na data acordada entre todos os deputados que foi no dia seis de julho.



Há uma suspensão dos trabalhos, não há um encerramento dos trabalhos, é só uma questão de terminologia, mas que me parece que assim é que deve ser.

Não havendo mais intervenções foi o projeto de ata, submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Houve várias inscrições por parte de cidadãos que pediram para tomar a palavra e que lhes concederei por ordem de apresentação desse mesmo pedido de intervenção. Chamo a atenção também, julgo que é do conhecimento do público, que estão limitados a cinco minutos, tempo de intervenção de cada cidadão para exporem o seu problema (conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 14, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Ana Margarida Paiva – Muito boa noite a todos.

Devo corrigir que é Ana Margarida Paiva, peço desculpa pela caligrafia, tentei ser o mais rápida possível e fui contraproducente.

Antes mesmo de falar dos vários temas que aí tenho, e vou tentar ser rápida, quero fazer duas chamadas de atenção, primeiro agradecer ao executivo da Junta de Freguesia de Azeitão e à Câmara Municipal de Setúbal pelas solicitações e pela concretização de solicitações de melhoria do bem comum que tenho feito desde alguns anos e fi-las todas neste executivo, portanto não tenho experiência de outro executivo.

O segundo apontamento é o meu grande desagrado pela falta de respeito pelos horários destas assembleias, bem como das convocatórias que têm a hora de início, mas não do fim previsto e a quantidade de assuntos que têm para falar nestas assembleias. Diria que só mesmo o tempo do público é que é tabelado.

Se isto fosse no privado, nem digo o que é que aconteceria, porque todos sabem. Como não é, é público, denota uma grande falta de respeito por vocês próprios e pelos cidadãos que vos colocaram cá.

Indo para os temas que me trouxe aqui, os espaços recreativos na zona das Galeotas, Rua da Florex, são espaços públicos que estão abandonados e gostaria de os ver tratados. O Parque Infantil dessa zona já foi alvo de duas petições e a única coisa que tivemos foi embelezamento e mesmo assim com critérios duvidosos.

Deste primeiro ponto o executivo tem conhecimento pela minha mão desde 2014 e com reforço agora em 2017, mas continuamos a aguardar.

Um segundo ponto, é a conduta de abastecimento de água na Rua das Cegonhas. Há 15 anos que aquela urbanização foi feita, ou pelo menos que nós habitamos, e há 15 anos que semanalmente temos a visita da Companhia das Águas por roturas, uma a duas vezes por semana.

Terceiro ponto, a paragem de autocarro na Rua da Florex, a segunda paragem, uma vez que os autocarros param de um lado e do outro e os miúdos efetivamente atravessam em frente. Neste ponto temos que referir que já lá foram postas lombas e passadeiras, foi uma das coisas que o executivo conseguiu fazer, mas falta o resto que também já foi abordado por duas vezes.

Quarto ponto, pedíamos a vocês, na medida do possível, para tentarem que o trajeto dos TST fosse desviado, pelo menos, três vezes por dia para servir a população do eixo Florex - Rua da Família Bronze, desviarem na rotunda dos autocarros e entrarem outra vez na Nacional na rotunda das ovelhas.

118

O quinto ponto e último, referir a higiene das ruas de Azeitão, tanto em termos de dejetos caninos, e isso tem muito a ver com os cidadãos, com os donos e tutores dos cães, mas também tem muito a ver com os animais abandonados que existem na região de Azeitão.

A higiene passa, também, por campinar as ruas e efetivamente isso é muito escasso. Há uma coisa que arrepiá, a mim particularmente, mas que efetivamente é um grande problema do município e que se reflete também em Azeitão, que são as baratas, que é algo absolutamente fantástico. Faz parte da nossa fauna efetivamente.

Julgo que consegui cumprir os cinco minutos. Muito obrigado e bom trabalho.

Cidália Almeida da Silva – Boa noite. Represento a farmácia Santiago em Setúbal e sou proprietária e Diretora Técnica.

Desde o dia 28 deste mês que temos um corte na circulação do trânsito desde a rotunda do McDonald's na variante até ao acesso pela Estrada de Palmela. Nunca fui avisada de obras, nunca me foi transmitido, nem por escrito e nem verbalmente, por parte da câmara e nem por parte da empresa de construção sobre o prazo para término das mesmas.

No dia 28 começaram as obras e durante as duas primeiras semanas nada foi feito, o trânsito esteve cortado e nada foi feito.

Isto leva a condicionamento no acesso da população à medicação, estamos a falar de dias de serviço e medicação de urgência durante a noite. Faço as noites de serviço e ouço as pessoas a dizerem que não sabem onde é a farmácia, porque não há sinalética. A sinalética não existe.

Estamos a falar de pessoas com bebés cheios de febre dentro de carros a meio de uma noite a precisarem de uma farmácia de serviço, além das perdas económicas que temos associados. Prestamos um serviço à população.

Tenho a certeza que ainda hoje foi dito às pessoas que ali moram, que dia 22 (hoje) que ia haver um término das obras. Nós não fomos informados e se forem ao local há buracos enormes e nem tão depressa a obra estará concluída.

Acho uma falta de respeito pelos comerciantes, pelos moradores e por toda a população de Setúbal a privação do acesso à medicação numa noite de serviço. Estou a falar em nome da farmácia Santiago e de toda a população que necessita de medicamentos de urgência durante a noite.

Devo dizer que nesta terça-feira que passou o único acesso feito para o Bairro do Liceu era através da rotunda dos vasos, o trânsito esteve caótico durante toda esta semana na cidade com custos muito grandes para a população. Tenho custos elevados, mas todos os moradores, todos os comerciantes e serviços do local estão a ser prejudicados.

Gostava de saber quando é que está previsto terminar a obra, porque pago os meus impostos e quando chega o dia de os pagar tenho que os pagar, caso contrário tenho penalização.

Em relação a essa obra somos completamente postos de parte, negligenciados e sentimo-nos mal tratados não só por quem a está a construir, mas também pela câmara. Peço desculpa por dizer as coisas como elas são, porque ninguém nos informa.

Hoje, de facto, tive oportunidade de falar com a Sra. Presidente da Câmara que nos visitou e também a informei desta situação e do nosso desagrado, porque é uma situação muitíssimo penalizadora para todos.

Hoje estou de serviço e vou fazer a noite e quero saber como é que vai correr o serviço. Se quiser amanhã eu digo-lhe, mas amanhã estou para ver se a estrada está aberta ou se há mais alguma abertura para o bairro no acesso da população à medicação.

Presidente da Mesa – Muito obrigado pela sua intervenção. O seu protesto foi bem audível, julgo que se não recebeu já uma resposta de alguma maneira justificável ou justificativa do que se está a passar, recebê-la-á seguramente.

Mário Pereira – Boa noite a todos.

As minhas preocupações são um pouco semelhantes às da Dra. Cidália. Sou sócio-gerente da Gopers Sports, nós temos um estabelecimento de bicicletas na Estrada de Palmela e a partir de 28 de agosto a circulação nessa via foi encerrada sem qualquer aviso prévio ou posterior a essa data.

Fomos avisados no final da semana que a obra iria ter uma duração de duas semanas, findas essas duas semanas fomos novamente notificados por uma carta simples que nos foi colocada por debaixo da porta que a obra iria continuar até ao dia 22 (hoje) e que terminaria nesse mesmo dia.

Saí de lá há cerca de uma hora, a obra está caótica, não há acessos, não há nada, portanto há algumas questões que gostaríamos de colocar.

Primeira, qual é a previsão de reabertura dos acessos, quer à Estrada de Palmela, quer a toda a zona envolvente.

Segunda, no meu caso em concreto e no caso de alguns dos lojistas da zona estamos a ter prejuízos altíssimos pelo facto de a via estar cortada e pela forma como a obra está a ser conduzida. No nosso caso em concreto, face ao período homólogo do ano passado e à média dos últimos seis meses, são menos 70% de faturação. Sei que alguns dos outros lojistas da zona têm prejuízos idênticos, a minha questão é saber quem é que se responsabiliza por estes prejuízos que todos estamos a ter e qual é a previsão de término daquela obra.

Rosa Folques – Sou lojista de uma casa de pneus e como já foi dito e torno a repetir, estamos a ter bastante prejuízo. Foi-nos dito que a obra terminava no dia 11, mas não terminou. Foi-nos entregue um documento e fui perguntar aos senhores arquitetos o que é que se passa e disseram-me que era uma obra que a câmara tinha que tomar conhecimento. O que recebemos foi um documento da empresa em que dizia que a obra acabava dia 22. Os senhores não gostaram da minha atitude e ainda disseram que tinha sorte em estar aberta, porque era para estar fechada e eu disse-lhe que fechava a porta se me assumissem as despesas.

Os prejuízos são bastantes, tenho três funcionários que precisam do ordenado todos os meses porque têm os seus compromissos.

O senhor se precisar de um pneu e não conseguir chegar à porta não vai lá comprar. A porta está aberta, tenho as contribuições todas pagas e gostava de saber a quem é que tenho de ir para resolver este problema, porque até agora ninguém me dá a resolução do problema. Vou à obra ter com os senhores arquitetos e dizem que não é com eles, que é com a câmara, telefonei para a câmara e ninguém me dá solução e gostava de saber a quem é que me tenho que dirigir para resolver o problema, porque há um mês que a situação está nisto.

José Augusto – O que me trás cá é algo relacionado com esta obra, mas a outro nível. Constatei a essência das obras e constatei da pior maneira. Represento a Ótica Santiago e a Clínica Oftalmológica Dra. Teresa Fonseca. Temos consultas diariamente, e muitas pessoas vêm de fora, de Almada, do Barreiro, de Alcochete e a situação é tão ridícula que, depois de vários telefonemas a dizer “Estou perdido.”, ao que pergunto “Onde é que está?”, e de seguida respondem-me “Estou junto ao Estádio do Vitória”, então digo-lhes para se deixarem estar aí que vou lá buscá-los. Ando a fazer um percurso pela cidade, a mostrar também alguns monumentos de caminho, para ir buscar pessoas perdidas e depois tenho que as ir levar, nomeadamente à rotunda dos vasos, porque não existe sinalética.

Outro aspeto, contatei com a câmara, como é evidente, mas tive alguma dificuldade em falar, só quando disse que ia fechar a clínica e a ótica e que ia ver se conseguia falar com alguém é que me passaram então ao Sr. Eng.º Madeira.

O Sr. Eng.º Madeira explicou-me que a obra é muito complexa, que foi atrasada por causa da Volta a Portugal e por causa de uma prova de automobilismo. Eu disse que eram opções da câmara e que preferiam o espetáculo em detrimento da economia local. São opções, mas mais grave que isso foi quando perguntei porque é que a sinalização não estava em condições e foi-me dito que isso era da responsabilidade do empreiteiro, o qual não estava a cumprir. Depois perguntei ao Sr. Eng.º se esse empreiteiro tinha sido sancionado, multado e responderam-me que não tinha sido. A ser feito, e foi feito pelos vistos, nesse mesmo momento um officio à fiscalização a dar conta de que o empreiteiro não estava a cumprir com aquilo que é legalmente instituído para estas circunstâncias, mas a sinalização continua a não existir e eu continuo a fazer o papel de taxista a ir buscar os nossos utentes para eles não perderem a consulta ou para não chegarem atrasados.

Nós fazemos questão de ir jantar com a família a horas, mas na segunda-feira saímos de lá às 22h00, porque houve atrasos na vinda dos pacientes e nós, como é evidente, não deixamos de os atender, mas esta situação levou-nos a que fôssemos jantar a essa hora. Hoje estou aqui sem jantar exatamente pela mesma razão.

O que quero saber é se o empreiteiro foi multado por não cumprir o que está previsto no caderno de encargos ou no licenciamento da obra sobre a sinalização, porque não basta uma folha A4, Srs. Deputados, numa placa a dizer “Desvio” e por baixo está uma folha A4 a dizer “Estrada de Palmela”. Desafio alguém a conseguir ler a 50 metros o que lá está.

Manuela Martins – Boa noite. Venho falar em representação da Lavandaria Self Service e partilho de todas as questões e preocupações dos intervenientes anteriores, mas gostava que me explicassem porque motivo é que não fomos avisados antecipadamente. Todos saberão, certamente, que seja uma empresa grande, pequena ou média vive do planeamento, se nos tivessem comunicado com antecedência, se calhar, teríamos enfrentado todos estes problemas de outra forma.

Em segundo lugar a outra preocupação que tenho, para além do que os anteriores intervenientes colocaram, tem a ver com o futuro. Tive hoje conhecimento que as traseiras do Modelo vão dar para a estrada onde temos as nossas lojas, vamos ser votados ao esquecimento, vamos ter ali o abastecimento ao supermercado a prejudicar os clientes que vão às nossas lojas e gostava de saber porque é que o supermercado tem que ficar virado para a rotunda.

Vai prejudicar seguramente todos os comerciantes daquela rua, vamos ter camiões a abastecerem o supermercado e preocupa-me o futuro.

Outra questão que também me preocupa é a questão do estacionamento, nós tínhamos algum estacionamento na rua e gostava de saber se vamos ter estacionamento ou não.

São estas as minhas questões. Obrigado.

José Fernando da Silva – Boa noite. Sou residente na Avenida Soeiro Pereira Gomes e preocupa-me a situação que estou a viver atualmente que é a falta de higiene a nível das baratas e das ratazanas.

Aquela área está infestada e tenho conhecimento de vizinhos que recorrem a tapar os esgotos, o que prejudica imenso os vizinhos. Há certos vizinhos que relatam que vêm as ratazanas a passar por cima dos cabos de eletricidade, das árvores inclusive, e gostava de saber o que é que a câmara pensa fazer em relação a esta situação.

Presidente da Mesa – Muito obrigado pela sua intervenção.

Obviamente que a maior parte das questões, se a sua totalidade, que aqui foram colocadas a Mesa da Assembleia não tem capacidade para responder de uma maneira satisfatória, no

entanto se os senhores vereadores aqui presentes pretenderem dar uma resposta e se for possível ser dada neste momento ou aguardar para o período de antes da ordem do dia e nessa altura então responderem a estas questões.

Se preferir responder já Sr. Deputado, dou-lhe a palavra.

Vitor Ferreira (PS) – É para dizer que esta bancada considera ser oportuno que o executivo faça a intervenção para responder às pessoas, se tiverem esse entendimento.

Vereador Carlos Rabaçal – Esta é uma alteração regimental, tendo em conta que há muitas pessoas na sala e o período seguinte vai demorar bastante tempo e assim respondermos e as pessoas podem ir à sua vida se assim o entenderem ou continuar na Assembleia Municipal, porque habitualmente a resposta é feita só no final de todo este período.

Em relação às questões colocadas pela Sra. Ana Margarida Paiva, creio que são matérias para tomar nota. Há matérias aqui que até já conhecemos, já tratamos, temos estado a acompanhar, algumas foram realizadas, outras estão em preparação, nomeadamente a zona verde de que falou, todo este processo está em andamento, vai continuar a ser tratado e agradeço que tenha vindo aqui colocar a questão e que continue a acompanhar connosco a evolução do processo.

Não sou capaz de dizer agora aqui as datas exatas em que vamos fazer cada uma das intervenções, mas como já referenciou há coisas que foram feitas e outras que faltam fazer e nós vamos continuar a fazer.

Quero agradecer a sua presença aqui e as propostas que fez.

Em relação à questão das baratas que foi colocada pelo Sr. José Silva, o serviço irá intervir no sentido de se fazer uma desbaratização cirúrgica.

Quanto à questão mais complexa que aqui hoje foi colocada, que é a questão da obra que fechou a Estrada de Palmela, creio que todos os intervenientes que falaram têm razão. Hoje já falamos, pelo menos, com três destes intervenientes que aqui estiveram, aliás a Sra. Presidente teve a oportunidade de falar com três dos intervenientes que aqui estiveram.

Aquela obra tem uma história curta mas complicada, aquela obra deveria terminar em junho e tinha um calendário muito apertado exatamente para não criar dificuldades de acesso a uma via tão importante como a Estrada de Palmela.

A empresa, a gestora do Continente atrasou-se por razões diversas e iniciou a obra muito tardiamente. Talvez devêssemos ter ponderado não permitir fazer àquela velocidade e fazer mais devagar e abrir uma parte da rua e abrir outra parte da rua, fazer de outra maneira e com mais calma na medida em que os senhores entenderam querer abrir o Continente antes do Natal. É daí que vem toda esta pressão para a obra se desembrulhar.

Eles assumiram connosco compromissos muito sérios que não cumpriram. Assumiram o primeiro compromisso de acabar em junho e em junho ainda não tinham começado, depois começaram a obra e estabeleceram prazos que nunca cumpriram e o último prazo que nos indicaram e que nós comunicamos era o de 22 de setembro, voltaram a não cumprir. O prazo que temos acordado com a Sra. Presidente e com a entidade construtora ou promotora, porque a construtora está a trabalhar para o promotor, é o do dia 29. Estou a dizer isto com o coração nas mãos, porque eles não cumpriram nenhuma data até agora, parece que vão cumprir esta data finalmente, o dia 29 para a abertura da Estrada de Palmela.

Mas já agora convinha também dizer, visto que do lado deles está um atraso muito grande e alguma confusão, creio eu, na execução da obra pela pressão e pela pressa. Mas é um facto que em relação à Estrada de Palmela aconteceu uma coisa, que às vezes acontece em estradas antigas como é esta, é que o cadastro das infraestruturas registado tem infraestruturas que estão cadastradas, mas tem lá muitas outras infraestruturas que não estão cadastradas e que tiveram que ser trabalhadas. Não estou a desculpar o empreiteiro, mas só para dizer que

também houve um problema deste género que levou à substituição dos esgotos pluviais, domésticos e ao estabelecimento de uma nova conduta de água de grande dimensão que estava em mau estado.

Há situações que estavam previstas e outras que não estavam previstas e que foram passivas de algum atraso, mas não justificam o atraso que o empreiteiro provocou.

Creio que há uma deficiente informação e aí nós podíamos ter feito melhor, como em relação a toda a sinalética, toda a gestão da obra do promotor. Acompanhamos inclusive a fiscalização que é do próprio promotor e não é nossa, e acompanhamos o desenvolvimento da obra. Tentámos que eles cumprissem os compromissos connosco, não os cumpriram, e vamos intervir do ponto de vista das multas possíveis, do ponto de vista legal, em relação a esses incumprimentos, aliás o senhor que aqui falou da Ótica colocou-nos exatamente essa questão, que devíamos multá-los. Vamos intervir desse ponto de vista, uma vez que há um prejuízo real.

Em relação aos comerciantes prejudicados o que proponho é que o executivo municipal faça com todos vós uma reunião para que se possa avaliar os prejuízos decorrentes desta obra e para que se possa imputar eventualmente esses prejuízos na medida em que seja imputável a quem de direito.

Julgo que o que colocaram é justo, o que colocaram merece respeito e atenção e o que podemos fazer, do meu ponto de vista, que seja mais eficaz, mais prático, mais concreto são duas coisas: Acelerar a obra e ainda hoje estivemos a falar, outra vez, com o empreiteiro e entretanto já abriu a via de acesso à entrada da Av. da Europa para o Bairro, que era um compromisso que ele assumiu na terça-feira connosco e com a Sra. Presidente, é o primeiro compromisso que ele assume connosco e que cumpre e estou esperançado que ele cumpra também o compromisso para o dia 29.

Iremos trabalhar:

1. A aceleração da obra;
2. Garantir que o compromisso é assumido;
3. Intervir do ponto de vista da responsabilização direta do empreiteiro em relação aos atrasos da obra;
4. Reunir com todos os comerciantes afetados e analisar com a câmara e comerciantes as medidas a tomar no sentido de eventual compensação decorrente dos prejuízos identificados.

É o que vos posso dizer relativamente ao andamento da obra.

Em relação à sinalética, nós discutimos, eu próprio discuti, com o empreiteiro, porque ele colocou essa “coisa” que mostrou (que é algo sem pés nem cabeça). Eles acabaram por colocar uma sinalética mais capaz na Av. da Europa, acabaram por garantir uma sinalética visível e em condições, mas dentro do bairro é o que se vê, é uma sinalética que faz com que as pessoas se percam dentro do bairro. Quem conhece o bairro movimenta-se, mas quem não conhece não tem hipótese.

Hoje já puseram mais uma tabuleta, mas não resolve o problema, inclusive hoje abriram o novo acesso, mas quando se sai do acesso não se sabe para onde é que fica Palmela. Quem sabe, sabe, quem não sabe fica sem saber.

Hoje houve também uma intervenção junto deles para colocarem de imediato ali uma sinalética e estamos nesta luta.

Falei diretamente com o responsável da obra, já falei com ele uma, duas e três vezes, e ele está completamente noutra mundo, completamente pressionado para resolver obra a obra e não está a fazer o que deve ser feito. O estado não é pessoal dele, é de uma empresa que está a fazer a obra e será do promotor que contratou a empresa que está a fazer a obra.

MP

O que proponho concretamente para dar resposta ao que disseram, pedindo desculpa por tudo o que corresponde ao esforço que a câmara tem feito e que não tem tido sucesso, mas apontando nestas direções, repito: acelerar a obra, apontar para o prazo do dia 29 com todas as reservas que tem havido, mas eles cumpriram hoje um prazo e espero que cumpram também o do dia 29, procurar melhorar a sinalética dentro do bairro e fazermos uma reunião para analisarmos os impactos negativos da obra junto dos comerciantes e eventuais medidas que possam atenuar esses mesmos impactos.

É isto que vos posso dizer, pedindo desculpa pelos incómodos que decorram da dificuldade que a câmara teve de impor as medidas necessárias à empresa que está a trabalhar em condições um bocado complexas.

Creio que eram estas as questões mais relevantes que aqui foram colocadas e creio que dei alguma resposta a essas mesmas questões e alguma saída para resolver os problemas colocados.

Quero agradecer, mais uma vez, por terem vindo e colocado os problemas, porque isso também nos dá força para ajudar a resolver aquilo que tem sido difícil de resolver com quem devia ter resolvido no terreno essas situações e não dão a resposta competente a quem devia ter sido dado.

Presidente da Mesa – Muito obrigado Sr. Vereador pelos seus esclarecimentos que julgo terem satisfeito parcialmente as dúvidas que surgiram, embora não seja uma resposta imediata às questões concretas, mas elas chegarão seguramente.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Paulo Calado (PSD/CDS-PP) – É uma interpolação à Mesa.

Julgo que terá sido a primeira vez que abrimos uma exceção, parece-me que faz todo o sentido inclusivamente por uma das pessoas do público que aqui colocou questões ao executivo sobre este tema, mas julgo que por outro lado não fará sentido que nós também não possamos colocar questões sobre alguns destes temas.

Ou seja, se abrimos exceções regimentais para umas situações também podemos abrir para outras e era isso que queria suscitar.

Nós também temos questões sobre o encerramento daquela via da Estrada de Palmela e não vamos agora aguardar e estar aqui horas a discutir moções e só depois ter respostas do executivo.

Apelava às outras bancadas para que tivéssemos a mesma oportunidade de colocar questões, pelo menos, sobre este assunto. Julgo que é isso que faz sentido. Mais, não foi questionada a Assembleia, só houve um deputado que se pronunciou e julgo que em nome da bancada do Partido Socialista, nós anuímos, mas nem sequer nos pronunciamos sobre isso. Anuímos de facto, porque é preciso se perceber o que é que se passa naquela via, mas julgo que também teríamos direito a fazer as mesmas perguntas ou outras que temos aqui para fazer sobre essa mesma questão.

Deixava à sua apreciação e das restantes bancadas esta exceção regimental que venho solicitar.

João Luz (CDU) – Julgo que deve haver algum equívoco da parte do Sr. Deputado Paulo Calado ou algum desconhecimento do regimento. Nós vamos entrar agora no período antes da

ordem do dia, que é o período das intervenções do conjunto das bancadas sobre questões relevantes a colocar ao executivo e é o período em que normalmente respondemos ao público que aqui coloca questões.

Não consigo perceber qual é a questão sequer que está a colocar, porque as moções são no período seguinte a este momento. Não consigo perceber qual é a questão colocada.

Paulo Calado (PSD/CDS-PP) – Agradeço a sua intervenção, mas julgo que o Presidente da Mesa ainda não deixou o seu mandato e poderá responder ele próprio em vez do senhor. Está bem?

É porque aqui não há controladores, aqui há lugares e há órgãos próprios.

Presidente da Mesa – Senhor Deputado, se me deixar falar eu então responderei.

O público teve um período para intervir e assim o fez e pode não querer estar aqui o resto da sessão, era oportuno que recebesse de imediato e na medida do possível uma resposta e assim aconteceu. Ao contrário de nós deputados que vamos estar aqui até ao fim da sessão, temos períodos ditos de antes da ordem do dia apropriados e que servem exatamente para que os senhores deputados ponham ao executivo questões que considerem de importância clara e evidente.

Essa questão, como acabou de dizer, é uma questão que reputa de muita importância e terá naturalmente oportunidade de a colocar no tempo próprio para o fazer.

Vou dar continuidade aos trabalhos pedindo aos senhores deputados para se inscreverem afim de colocarem ao executivo questões que considerem necessárias e que necessitem de resposta.

Henrique Guerreiro (BE) – Obviamente que vou começar com uma referência ao que se acabou de passar nesta assembleia, que era evitável e desnecessário.

Houve um conjunto de cidadãos e cidadãs que hoje se dirigiram a esta assembleia colocando as questões da sua vida, da sua forma de viverem na cidade.

Muito bem, a assembleia decidiu que as pessoas tivessem uma resposta e que a câmara respondesse de imediato, não entendo agora, Sr. Presidente, que não seja possível às bancadas que queiram intervir sobre estas questões responderem exatamente nessa medida.

Houve-se muito burburinho de fundo.

Henrique Guerreiro (BE) – Muito obrigado pelo coro, era dispensável, mas podem continuar.

Nesse sentido importaria, porque a bondade da solução está inquinada e está inquinada neste sentido, estas pessoas dirigiram-se à Assembleia Municipal, não se dirigiram a uma reunião de câmara. Peço desculpa, mas isto é a Assembleia Municipal, não é a Câmara Municipal e nesse sentido compete aos Deputados Municipais, aos vários grupos intervirem sobre a matéria.

Sobre esta matéria importa dizer o seguinte, Sr. Presidente, independentemente das medidas que o Sr. Vereador agora anunciou, que me parecem as únicas que pode tomar, que é reunir com as pessoas para procurarem inventariar os prejuízos e responsabilizar, se isso for possível, o empreiteiro, o dono da obra, quem for por esses prejuízos.

Há uma questão que fica para futuro, Sr. Presidente, é que intervir na cidade, numa cidade onde vivem pessoas, onde há comércio, não pode ser licenciado pela Câmara Municipal desta forma.

Este problema não é novo, não aconteceu só nesta obra e nem aconteceu só com este executivo, e é muito fácil que aconteça. E é tão fácil que aconteça quanto menor for a intervenção e a fiscalização da Câmara Municipal.

Quero lá saber se a fiscalização da obra seja feita por uma empresa privada, o que se exige à instituição pública é que garanta que estejam reunidas as condições para uma obra ser executada e aí a Câmara Municipal falhou redondamente, porque é uma competência sua. A Câmara Municipal tem competência, nomeadamente, para parar a obra se ela não decorrer bem. Não estou a dizer que fosse a solução para esta, agora o que não podemos é lavar as mãos e empurrar para a fiscalização, para o dono da obra, assobiarmos para o ar e passarmos de mansinho.

O público bateu palmas.

Presidente da Mesa – Atenção! Não podem manifestar-se dessa maneira por mais de acordo que estejam com aquilo que acaba de ser dito. Não podem bater palmas.

Alberto Sousa Pereira – A minha intervenção é de carácter pessoal e divide-se em duas partes. A primeira é uma recomendação bibliográfica e a segunda é como que um balanço dos meus mais de 40 anos de membro de órgãos municipais.

Foi publicado em Setúbal, este mês, um livro, *Setúbal – Cidade Vermelha*, sobre os acontecimentos políticos que sucederam entre o dia 25 de Abril de 1974 e o dia 25 de Novembro de 1975, da autoria do nosso companheiro de assembleia, o deputado Albérico Afonso.

É um livro de História, escrito por um historiador, que veio preencher uma falta existente na cidade. Um trabalho consistente, bem elaborado, sobre aqueles meses únicos da história de Setúbal. Recomendo a sua leitura a todos os atuais e futuros deputados. Aos partidos, aqui representados, aconselho a compra desse livro para que esteja sempre presente na mesa das reuniões de preparação das assembleias. É que temos ouvido, nesta sala, verdadeira barbaridades sobre aquele período da história de Setúbal e o livro pode esclarecer muitas dúvidas, palpites e ideias erradas existentes em alguns deputados.

A segunda parte da intervenção é sobre a minha despedida, da AM, e um pequeno balanço dos meus mais de 40 anos de presença nesta casa. Comecei em Maio de 1974 na Comissão Administrativa da Câmara e depois de Janeiro de 1977 nesta assembleia, com algumas curtas interrupções.

Na Assembleia Municipal desempenhei todos os cargos desde simples deputado a presidente da mesa e agora vou sair definitivamente, uma vez que não faço parte das listas para o próximo mandato. Saio voluntariamente, uma vez que entendo que é altura de dar lugar aos mais novos, embora nem sempre seja fácil encontrar, por vezes, os mais novos para estes lugares.

Conheci deputados, vereadores e presidentes de todos os géneros, do melhor e do pior. Ouvi boas intervenções mas também aturei muitos disparates. Li moções intermináveis que mais pareciam fotocópias dos anos anteriores apenas com a mudança da data. Mas também tive momentos muito interessantes e enriquecedores politicamente. Encontrei deputados competentes, outros bem-intencionados e alguns que eram simples espertalhões que apenas queriam utilizar a Assembleia Municipal como trampolim para outros voos. Igualmente tive o prazer de encontrar alguns deputados, em todos os partidos, que apenas queriam e defendiam o melhor para Setúbal.

Nesta despedida saio com algumas mágoas, que passo a citar, na esperança que a próxima Assembleia Municipal as resolva:

- 1- Não existir um gabinete para o presidente e para mesa, com o mínimo de funcionalidade e dignidade, para o trabalho diário. Agora apenas há uma sala de

reuniões que se presta para tudo, até para guardar os boletins de votos, com polícia armado, na altura de eleições...

- 2- Não temos uma sala para os plenários da AM com as mínimas condições. Na atual sala os deputados estão muito apertados, os vereadores não têm espaço e confundem-se com os deputados do PS ou da CDU. O PS fala para as costas do PSD, a CDU fala para as costas dos presidentes de Junta e ninguém fala diretamente para o local correto, a mesa, pois esta está de lado para os deputados.
- 3- Finalmente gostaria de ver o PAOD mais disciplinado e funcional de modo a não ter duas ou mesmo três horas de duração com longas intervenções, na sua maioria escusadas e repetitivas.

Se a próxima Assembleia Municipal conseguir resolver estas três situações ficarei recompensado e satisfeito pelos meus mais 40 anos ao serviço deste órgão municipal. No final das contas, ao longo destas largas dezenas de anos, apenas procurei e tentei que o concelho de Setúbal fosse um local cada vez melhor para os setubalenses viverem.

Nuno Magalhães (PSD/CDS-PP) – Senhor Presidente tinha aqui algumas questões, mas talvez para economia de tempo centrar-me-ia numa única que foi aquela que serviu de grande parte do período dedicado ao público.

Não vou agora estar a discutir questões regimentais, vamos diretos ao assunto.

Na verdade o Sr. Vereador Carlos Rabaçal deu um conjunto de explicações manifestamente insuficientes face àquilo que foi posto e foi questionado por parte dos cidadãos, porque todos eles falaram de diversos problemas e que nenhum deles foi afluído e atrever-me-ia, como é meu dever, de fazer ou repetir as perguntas que fizeram e que ficaram por responder pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

O que é que esteve aqui em causa? Primeiro: falta de comunicação aos munícipes da realização de uma obra. Senhor vereador porquê? Houve antecipadamente ou não houve? Se não houve, porque é que não houve?

Segunda questão: Sinalização. O Sr. Vereador vem dizer que é uma questão que o empreiteiro terá falhado. Se falhou, porque é que a câmara não deu com isso a tempo e atuou em conformidade atempadamente, como é sua função.

O Sr. Vereador veio aqui dizer que queriam que isso fosse rápido e queriam que tivesse pronto em junho, afinal era para ser a 22 de setembro, hoje, e afinal vai ser a 29.

Depois, questionado pelo Sr. José Augusto, vem dizer que vão responsabilizar o empreiteiro. Uma obra que era para estar pronta em junho, agora é a 22 de setembro e o Sr. Vereador diz que é clara a sua responsabilidade e ainda não fez nada? Só agora é que vai responsabilizar? Porque é que não responsabilizou antes?

O Sr. Vereador disse assim: "*Nós temos conversado.*". Muito bem. Mas questionado pelo público diz "*Vamos responsabilizar.*". Também questionado diz que a obra já devia estar pronta em junho, se percebi bem, então porque é que esperou tanto tempo? Parece-me uma pergunta legítima e se calhar há um motivo, se calhar vai-me dar aqui a explicação, se calhar vai responder. Mas se a obra era para estar terminada em junho, estamos em setembro e segundo as suas palavras reiteradamente, compulsivamente o empreiteiro tem falhado. O que é que o senhor está à espera? Acho que é uma pergunta legítima.

Depois há outra questão que também aqui foi dita e que não foi respondida, porquê da circulação não ter sido devidamente encaminhada, devidamente sinalizada e devidamente resolvida?

Não tenho nenhum motivo para não acreditar naquilo que foi dito, mas é absolutamente inaceitável que sejam privados a terem que fazer uma espécie, como foi aqui dito também, de serviço de táxi para ir buscar os seus clientes. Porque é que a câmara não fez, não tomou essas

medidas, independentemente de responsabilizar posteriormente quem tinha que responsabilizar? Exigindo até que seja ressarcida pelo investimento que eventualmente pudesse ter sido feito. Porque é que não foi feito? Porque é que está à espera de uma reunião agora para, aí sim, ser uma espécie de gabinete de apoio jurídico aos municípios para processarem o empreiteiro?

Diria que seria mais fácil a câmara resolver primeiro, processarem o empreiteiro depois e ter o direito de regresso dos danos causados por parte do empreiteiro.

Por fim, também foi aqui questionado por um munícipe, sobre a dificuldade que teve para poder ter respostas por parte da câmara. Creio que isso é a principal função, atendimento ao público, aos municípios e fazê-lo de uma forma clara, simples e célere.

Senhor vereador acho que são estas quatro questões, comunicação das obras aos municípios, sinalização das mesmas e sinalização alternativa para fazer face às repercussões dessa obra, o que fazer em alternativa para que a circulação não ponha em causa a iniciativa privada e até, como foi aqui dito, a saúde das pessoas e o atendimento da câmara. Foram feitas quatro perguntas, mas o Sr. Vereador não respondeu a nenhuma, por isso faço minhas essas perguntas.

Manuel Fernandes (PS) – A intervenção que eu aqui trouxe prende-se com, obviamente, as intervenções do público aqui presente.

Nós vimos aqui, uma vez mais, uma intervenção em Azeitão. Uma vez mais Azeitão trazida à Assembleia Municipal e isso quer dizer que foi feito o pleno, em todas as assembleias deste mandato houve problemas de Azeitão trazidos a esta assembleia. É um recorde.

Há que refletir, uma vez mais, há que refletir sobre aquilo que se tem estado a passar em Azeitão. Urge falar em Azeitão, urge saber o que se passa em Azeitão e as pessoas de Azeitão, obviamente, não são mais exigentes ou menos exigentes do que as pessoas que moram na cidade de Setúbal.

Em segundo lugar, os problemas que os cidadãos aqui trouxeram são problemas para tratar da sua vida e o senhor vereador quando acabou a sua intervenção disse que a população poderia ir à sua vida. Senhor vereador, os cidadãos que aqui vieram, vieram tratar da sua vida, não é para mandá-los à sua vida depois de os ouvir falar, não.

Eles trouxeram problemas a esta assembleia para tratar da sua vida senhor vereador. E os problemas que aqui trouxeram foi sobre higiene, mobilidade, transferência ou informação de tráfego de trânsito e aquilo que têm tido de resposta, ao longo deste mandato pelo executivo, são a falta limpeza. Uma vez mais vieram problemas de higiene e uma vez mais se coloca o problema da limpeza, uma vez mais se coloca o problema da falta de estudo, uma vez mais se coloca o problema da falta de informação, uma vez mais se coloca o problema da falta de prevenção. Este problema urge e estamos na última assembleia deste mandato e uma vez mais os cidadãos que intervieram vieram fazer o pleno das intervenções, o pleno do falhanço estrondoso deste mandato, desta força política que domina a cidade.

Paulo Calado (PSD/CDS-PP) – Eu sou testemunha de que se inscreveu, mas, pelo menos, penso que deve ser dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro. Eu passo, mas também posso intervir agora.

Como eu disse há pouco e como se verificou este é o momento para nós colocarmos estas questões ao município, uma vez que houve uma exceção regimental à ordem pela qual decorrem estes trabalhos, mas julgo que não fui bem entendido há pouco.

Senhor Vereador a questão que lhe colocávamos era exatamente sobre as questões que têm vindo aqui a ser colocadas sobre a Estrada de Palmela. Não compreendemos muito bem e tivemos alguns contactos com a população, não apenas com as pessoas que aqui estiveram,

mas o PSD através de um conjunto dos seus elementos da concelhia e também da nossa candidatura tiveram oportunidade de falar com as pessoas da zona da Estrada de Palmela, a qual eu por acaso conheço muito bem, porque ali residi durante muitos anos e sei que é uma via estruturante da nossa cidade.

De facto, nós não compreendermos é como é que nesta cidade, e este é um exemplo flagrante do que se tem passado, as obras estão entregues a empresas privadas que fazem intervenções no lugar da câmara. Sei que não é o caso na Estrada de Palmela, mas é o que se tem verificado e é o pandemónio geral.

Infelizmente, o que se está a passar aqui na Estrada de Palmela já se passou na Av. Independência das Colónias, na Av. Alexandre Herculano e é o que se tem passado um pouco pelo centro da cidade.

Não temos nenhum problema com as empresas privadas Sr. Vereador, não é preciso repetir. O problema não são as empresas privadas, o problema é a câmara não assumir o seu papel. Não deixa de ser curioso que o Sr. Vereador tenha feito aqui a intervenção, que até é muito ativo, diria até pró-ativo nas intervenções que faz quando são assuntos que habitualmente não estão sobre a sua alçada, e que aqui tenha vindo fazer uma espécie de relações públicas do Continente explicando com alguma contemporização que a empresa afinal até junho devia ter já começado as obras e só começou mais tardiamente, etc.. Como se a câmara não tivesse responsabilidades de fiscalização e de verificação do que ali se passa.

Aliás, nós não compreendemos como é que, segundo temos conhecimento e era importante verificar, a própria empresa ou o empreiteiro para o promotor, como desígnou, fechou essa a artéria da cidade à revelia das autorizações necessárias. Era importante perceber a razão e até porque nós todos sabemos que as pessoas têm uma certa idade, como eu, e sabem que não há coincidências, o junho permitiria, obviamente, que aquele espaço comercial não estivesse pronto em dezembro, mas se calhar até ao dia 29 dava um jeito a fazer uma inauguração.

Nós sabemos muito bem o que isso é e temos visto isso, infelizmente, um pouco pela nossa cidade.

Como temos vindo a denunciar há muitos anos e também denunciei na qualidade de vereador, em conjunto com o meu companheiro Paulo Valdez. Sabemos muito bem o que é política de fachada que esta câmara tem feito e que faz este tipo de intervenções e que, no fundo, tem agora uma política que acaba por ser muito curiosa para um Partido Comunista sobre a fachada de uma CDU que acaba por pedir aos privados para fazer aquilo que compete aos públicos.

Presidente da Mesa – Vamos fazer aqui um ponto da situação em relação às inscrições que tenho na Mesa e segundo parece algum deputado terá pedido a palavra, mas passou despercebido de entre tantos pedidos que aconteceram e que são, nada mais, nada menos, do que 15 que tenho aqui elencados.

Vou dizer quem está inscrito e se alguém que tenha pedido a palavra e não esteja inscrito, façam favor de dizer para procedermos à inscrição, não vamos naturalmente tirar a palavra a ninguém. Pode é a intervenção não ser pela ordem que supõe que terá sido feita.

Temos aqui por ordem os deputados: Luís Custódio, Joel Marques, João Afonso Luz, Maria do Rosário Amaral, Paulo Valdez, Vitor Ferreira, a Sra. Presidente da Junta Celestina Neves e o deputado Fernando Monteiro, que está em último, porque só agora é que anotámos o seu pedido de intervenção.

Se houver consenso por parte da assembleia de que se o Sr. Deputado deve, garantido que pediu já há muito tempo a palavra, que intervenha de imediato, por parte mesa não há nenhum óbice.

Fernando Monteiro (PSD/CDS-PP) – Quero fazer uma interpelação à mesa.

Presidente da Mesa – Então há mais pedidos de palavra que não foram registados, uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Manuel Véstias, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, José Belchior, e também dos Srs. Deputados Nuno Marques e Albérico Afonso.

Fernando Monteiro (PSD/CDS-PP) – Senhor Presidente quando eu puder fazer uma interpelação à Mesa, agradecia.

Presidente da Mesa – Atenção! Atenção! Senhores deputados isto vai-se resolver, é só uma questão de ter calma.
Mais inscrições?

Fernando Monteiro (PSD/CDS-PP) – Quero fazer uma interpelação à Mesa, se faz favor Sr. Presidente, pela terceira vez.

Não sei, isto já começa a ser um hábito, mas é um mau hábito que tem que ser corrigido no futuro, no próximo mandato.

Inscrevi-me ainda o Sr. Presidente estava a falar e já eu tinha o braço no ar e reparei que a seguir a mim inscreveu-se o Sr. Deputado João Luz.

Gostava e requeria à Mesa que o registo da minha intervenção seja feito exatamente antes do pedido de intervenção do Sr. Deputado João Luz, que foi a pessoa que pediu a seguir a eu ter pedido.

Presidente da Mesa – A Mesa não tem nenhum óbice, não tem nada a opor a essa situação e vai-lhe conceder a palavra.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Senhor Presidente, inscrevi-me primeiro que o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Joel Marques (PS) – Senhor Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente da Mesa – Um pequeno compasso de espera para ver se ordenamos aqui as inscrições de maneira a que todos fiquem satisfeitos e convencidos que falaram no tempo próprio.

A pretensão do Sr. Deputado Fernando Monteiro, garantindo que pediu a palavra antes do Sr. Deputado João Afonso Luz é atendida, mas sendo atendida também terá que ser atendida a sugestão do Sr. Presidente da Junta do Sado que pediu a palavra antes de si. Concebo a palavra de imediato ao Sr. Presidente da Junta do Sado, Manuel Véstias.

Joel Marques (PS) – Senhor Presidente uma interpelação à Mesa.

Se bem me recordo a ordem das inscrições que o Sr. Presidente nos apresentou tinha a minha pessoa como sendo o próximo interveniente. Quero apenas dizer que não me importo absolutamente nada de ceder a minha ordem de intervenção e de ser, até quem sabe, o último a intervir, até porque a intervenção que tenho para fazer nada tem a ver com o tema que tem estado em discussão e a ser alvo de intervenções por parte dos deputados das diversas bancadas.

Agora aquilo que entendo, e sem prejuízo da condução dos trabalhos feita pelo Sr. Presidente, é que estas alterações à ordem dos fatores, à ordem das inscrições em pouco contribuem para dignificar os trabalhos nesta assembleia.

Presidente da Mesa – Concordo consigo, isto devia ter funcionado de outra maneira, de um modo mais correto, mais ordeiro, as inscrições deviam ter sido feitas de uma forma mais certa. Mas também lhe esclareço de que não era o senhor que estava a seguir, a seguir era o deputado Luís Custódio, depois é que era o Sr. Deputado Joel Marques.
Senhor Presidente da Junta do Sado, Manuel Véstias, faça favor.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Quero fazer aqui referência ao trabalho que esta Câmara Municipal fez na Freguesia do Sado durante este mandato e, naturalmente, que é com satisfação que terminamos este mandato com uma obra de asfaltamento da Estrada da Morgada, uma obra importantíssima para a circulação automóvel. Também valorizar o trabalho que a Câmara Municipal fez no Moinho Maré da Mourisca com a remodelação do próprio Moinho e da sua envolvência e que terminou também no passado dia 17 com a ObervaNatura, onde tiveram mais de 15 mil visitantes.
Dar os parabéns à Câmara Municipal de Setúbal por estes eventos, por este trabalho em prol daquilo que é a importância e a modernização do nosso concelho.

Fernando Monteiro (PSD/CDS-PP) – Agora a vontade de intervir já não é muita, mas em todo o caso sempre direi alguma coisa.

Quero começar por questionar a câmara e o senhor vereador, porque mais uma vez e já o referi na última assembleia, ultimamente a Sra. Presidente de Câmara não nos dá a honra da sua presença para vir aqui responder às questões que os munícipes e os deputados municipais colocam, mas vou perguntar ao Senhor Vereador.

Começou agora o período escolar, como todos sabemos, e com isso as famílias têm que adquirir o passe escolar. Acontece que neste concelho há crianças, nomeadamente as que vêm de Azeitão e as que vêm do Sado, da Gâmbia, das zonas mais longínquas do concelho, que têm em virtude da distância direito a ter um passe subsidiado pela câmara em 50%, pelo menos em Azeitão.

Estranhamente este ano a Câmara Municipal de Setúbal resolveu cobrar às famílias os 50% do passe, ou seja a totalidade que cobre todos os meses, mas acontece que no mês de setembro, as crianças só tem 15 dias de aulas e só usam o passe durante esses 15 dias, logo mandaria a justiça e a seriedade destas situações que a Câmara Municipal só cobrasse 25% do passe às famílias e não os 50%. Enviaram SMS a dizer para pagar 30 euros e uns centimos para o mês de setembro, para 15 dias de passe, e curiosamente enviaram hoje o SMS para as famílias pagarem os 30 euros e uns centimos para o mês de outubro, mas o mês de outubro é o mês todo e o mês de setembro são só 15 dias.

Gostava de saber se a câmara vai devolver metade desse valor às famílias ou eventualmente descontar no próximo passe, porque é uma questão de justiça ou então a Câmara Municipal teria avisado as famílias e diria assim “*Meus senhores, embora só existam 15 dias de aulas em setembro, mas os vossos filhos têm direito a usar o passe durante todo o mês*”. É que há muitas crianças destas zonas que não vêm só para as aulas, mas também vêm para a praia e têm que pagar bilhete. A minha filha é uma das crianças visadas, eu e as várias famílias estamos a pagar o mês todo, mas durante 15 dias pagámos bilhetes para as crianças virem para a praia e afinal tinha o passe pago e a câmara não disse nada, mas depois cobra o valor a 100% quando só devia cobrar metade desse valor.

A questão que eu coloco é se vão, não digo devolver, mas no próximo mês, possivelmente em outubro não uma vez que já enviaram o SMS com as referências de multibanco para pagar, mas se em novembro vão ter isso em consideração e em vez de cobrarem os 30,00€ no caso de Azeitão, vão cobrar só os 15,00€.

Em novembro vocês já não estarão aí, provavelmente, portanto não sei como é que vai ser agora com o próximo executivo, mas garanto-vos que se for o PSD vai devolver esse dinheiro às famílias, agora com vocês não sei, vamos ver, a não ser que devolvam ainda até ao dia 30. O melhor seria devolverem já.

Também quero dizer algo relativamente à questão que as pessoas aqui trouxeram hoje, no que diz respeito à Estrada de Palmela.

O Sr. Vereador pediu desculpa, é sempre importante pedir desculpa, até porque é o reconhecimento de que falharam, mas eu tenho um amigo que há muitos anos me habituou a dizer: “*As desculpas não se pedem, evitam-se*” e os senhores podiam ter evitado e deviam ter evitado este pedido de desculpas aqui hoje, poderiam tê-lo evitado se tivessem cumprido com a vossa função.

É constrangedor ver o senhor vereador vir aqui dizer coisas como, “a gestão da obra é do promotor”, porque quem devia ter resolvido no terreno as situações não as resolveu. Mas quem deveria ter resolvido primeiro, quem deveria ter acautelado estas situações não era a Câmara Municipal? Quem deveria ter acautelado a situação da sinalética, da sinalização, não é competência da Câmara Municipal? Quem deveria ter fiscalizado não é a Câmara Municipal? Não é uma competência da Câmara Municipal fiscalizar as obras que se fazem neste concelho? É com certeza, os senhores não fiscalizaram, os senhores não acautelaram e é impressionante que se faça uma obra desta dimensão, num local como aquele e que antes disso não se fale com quem tem ali comércio, com quem tem ali empresas e com quem tem ali a sua vida e não se fala com a população que usa aqueles serviços, nomeadamente a farmácia. Como é que isto é possível? Como é que se faz e se planeia uma obra destas e depois se vem aqui dizer às pessoas que lamentam muito, mas que agora vão responsabilizar quem falhou. Mas quem falhou foi a câmara, a câmara é que falhou e então temos que responsabilizar vocês, e será já no dia um.

Para além disso, deixe-me dizer-lhe que o corte de uma rua ou de uma estrada não é feito de ânimo leve, nem pode ser feito por um promotor, seja ele qual for, com maior ou menor dimensão, com mais ou menos importância neste país, chegar ali resolver cortar a estrada ou a rua. Existem regras, tem que se comunicar às autoridades e ao que parece estas regras também não foram cumpridas, tanto que, pelo menos tenho eu a informação, de que terão sido levantados autos de contraordenação por esta esta razão, por se ter feito um corte ilegal, ao que parece, daquela estrada.

Estas pessoas estão há, pelo menos, um mês sem acesso à rua com prejuízos, como já vimos aqui, incalculáveis, porque o prejuízo disto não é só o prejuízo momentâneo dos 30 dias em que deixam de fazer negócio, pode haver prejuízos para o futuro, pode haver danos futuros, pode haver lucros cessantes, pode haver clientes que se perderam e que não voltam. Isto tem consequências muito graves, não basta chegar aqui e dizer que vão calcular os prejuízos e ver quanto é que foi e depois vamos ver quem é que paga isso. Não é suficiente, não é resposta que um eleito e um vereador de uma Câmara Municipal possa dar aos cidadãos.

Por isso, Sr. Vereador, fica-lhe muito bem pedir desculpa, reconhecer que falhou e que falharam redondamente, mas se tivessem cumprido com o vosso papel, com a vossa função, hoje não teria sido necessário vir aqui pedir desculpas.

Luis Custódio (CDU) – Esta, provavelmente, vai ser a minha última intervenção de há 20 anos para cá. É verdade que eu não tenho o currículo do meu camarada Alberto Sousa Pereira,

mas passei aqui momentos em que aprendi muito, mas também passei aqui muitas horas que eu considero perdidas, com muita demagogia. Hoje já ouvimos aqui grande parte dessa demagogia, onde se vê perfeitamente que grande parte das bancadas vêm para aqui sem qualquer tipo de ideias, aproveitando as questões que o público vem aqui apresentar. Isso vê-se perfeitamente.

Como vos disse, estou aqui nesta assembleia há 20 anos, fui 16 anos presidente de junta, quatro como eleito aqui na Assembleia Municipal e aquilo que tenho ouvido falar ultimamente, muito pela parte das bancadas da oposição, é que este executivo municipal tem-se preocupado com o centro da cidade, mas que as periferias têm ficado de fora, principalmente nas Freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e de Azeitão.

Em relação a Azeitão não vou falar, porque não sei, não conheço, mas nesta parte do concelho estou completamente à vontade para falar sobre isso. Já agora dizer, ainda há pouco ouvi o deputado do Partido Socialista, Manuel Fernandes, dizer que a limpeza nesta cidade é uma vergonha. Provavelmente o Sr. Deputado Manuel Fernandes chegou há pouco tempo a Setúbal, porque quando fui eleito em 1997 e tomei posse em 1998 na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não havia uma única pessoa a varrer. Os únicos prédios que existiam na altura eram no poço Mouro onde haviam ervas com três metros encostadas aos prédios. Esta é que é a realidade.

Muito se tem falado na falta de saneamento básico e subscrevo por baixo. Na data em que estamos não deveria existir cidadão nenhum que não tivesse abastecimento público de água e saneamento básico. Mas nos 16 anos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal, quantos quilómetros foram feitos de saneamento básico e de abastecimento público na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra?

Não! Não! Já lá vamos. Já lá vamos. Sei que isto deixa-os nervosos, sei perfeitamente, mas a verdade é que no último ano de mandato do Partido Socialista levaram a conduta de abastecimento público de água até à entrada do Bairro da Bonita e a conduta de abastecimento público de água até à entrada do Bairro Operário, o que está por detrás do foro das Pontes, nada mais foi feito. Nada mais foi feito.

A CDU, ao longo destes anos, levou abastecimento público de saneamento básico a Gâmbia. Já agora aqui lembrar, para que essa obra fosse efetuada foi preciso fazer treze quilómetros de saneamento básico, duas estações elevatórias, uma ETAR, onze quilómetros de abastecimento público de água e repavimentar todas aquelas estradas.

Por falar em repavimentações também deixar aqui uma nota que no primeiro e no segundo ano de mandato da CDU na Câmara Municipal de Setúbal foram feitas 65 ruas, foram asfaltadas e reasfaltadas 65 ruas só naquela zona do concelho. Sei que isso deixa-os nervosos, mas a população lembra-se perfeitamente disto.

Também dizer que foi o executivo CDU, este executivo, que está a resolver o problema do emissário para que no futuro a ETAR das Pontes e a ETAR do Faralhão sejam extintas e que todos os esgotos daquela zona venham para a ETAR de Setúbal.

Dar ainda outra nota, também foi este executivo da CDU que tirou os esgotos que foram feitos pela população no Bairro Operário (o bairro por detrás das Pontes), que estavam a escorrer para o Rio Sado.

Foi este executivo que fez já neste mandato e ainda há muita coisa para fazer, nós sabemos perfeitamente, não vale apenas virmos para aqui fazer com que nós é que somos os bons e os outros é que são os maus, porque com certeza que a gestão CDU também teve erros.

Há 30 anos que sou vendedor na zona da Bela Vista e fala-se muito aqui na limpeza, meus amigos vocês lembram-se o que era a zona da Bela Vista há 20 anos atrás?

Existiam montes de entulho por tudo quanto era sítio, aquilo era uma terra de ninguém. Hoje vocês não queiram comparar.

É lógico que ainda existem problemas e um dos maiores problemas que existe em relação à higiene e limpeza no nosso concelho, vocês sabem perfeitamente, o Partido Socialista sabe e o Partido Social Democrata também sabe, é que foram leis impostas às autarquias que as obrigaram a reduzir o número de trabalhadores. Vocês sabem perfeitamente disso.

Não sou daqueles que digo que tudo o que o Partido Socialista fez, quando teve no Município de Setúbal, foi mal feito, não digo isso. Agora que há uma diferença muitíssimo grande e ontem por acaso foi curioso em se falar de muitas coisas, muitos embelezamentos que ontem no debate referiram, muitos embelezamentos que a Câmara Municipal de Setúbal tem feito na cidade.

Todos batem palmas, principalmente quem trabalha na área do turismo, principalmente da parte da restauração, por causa desses embelezamentos que foram feitos, porque se não fossem feitos embelezamentos, se as grandes intervenções que foram feitas de fundo no nosso concelho, como o caso do Fórum Luísa Todí, o caso da Casa da Cultura, o caso do Mercado do Livramento e podia enumerar aqui muitas outras coisas, Setúbal não tinha a projeção que tem. É preciso nós termos atenção em relação a isto.

Não vinha com ideias de intervir, mas depois de ouvir aqui algumas intervenções, acho que é fundamental nós percebermos uma coisa, a CDU quando chegou a Setúbal trouxe uma coisa que foi fundamental e hoje todos os partidos utilizam isto na sua campanha eleitoral, que é a descentralização de competências. A descentralização de competências foi a CDU que reforçou e na minha opinião foi uma das maiores obras feitas pela CDU, que permitiu que em todas as freguesias do concelho de Setúbal as situações básicas fossem garantidas, como a manutenção de espaços verdes e jardins e a higiene pública. Era isso que não era feito.

Nós sabemos que problemas existem, mas fazermos comparações com situações que não é possível comparar é inaceitável e é puro aproveitamento político.

Joel Marques (PS) – Tomámos conhecimento que na zona do Vale da Rasca, no lugar de Lameiras de Cima, há dificuldades relativas ao abastecimento de água. A rede de abastecimento de água chegou a esta zona em 1992/ 93 com a ajuda também da população e esta zona de Lameiras de Cima, como o próprio nome indica, é uma zona alta face ao ponto onde a rede passa e há alguma dificuldade na pressão da água. Acresce que o hidropressor que fica junto à Estrada Principal se encontra avariado e a necessitar de substituição.

É uma situação que se arrasta já desde 2015, os moradores questionaram em primeira instância as Águas do Sado que apontaram o município como sendo o responsável pela regularização da situação. Entretanto têm tentado, muitas vezes, mas sem resposta às comunicações que fazem, têm tentado que o município lhes dê uma resposta. Contactaram também a Junta de Freguesia no sentido de obterem uma resolução para o seu problema e a verdade é que até ao momento a situação subsiste, as pessoas não têm água em casa, não têm acesso à água de rede, que é um dos mais elementares direitos dos cidadãos.

Acresce que no acesso ao lugar de Lameiras de Cima, o caminho não está asfaltado e este asfaltamento foi prometido, de acordo com os moradores, pela própria Sra. Presidente para ser feito até ao final de 2016. A verdade é que 2016 passou, 2017 está a passar e estamos a três meses do final do ano, estamos no final do mandato autárquico e esta promessa, como muitas outras, o vento levou-a certamente, porque as pessoas continuam a aguardar quer pelo asfaltamento do caminho e pela resolução do problema do hidropressor.

Gostava de colocar ao executivo, as seguintes questões. Quando é que a população terá uma resposta efetiva e concreta relativamente aos *timings* e que *timings* são esses, quer para a substituição do hidropressor, quer para o asfaltamento do caminho?

Compreendemos que o asfaltamento possa ter ficado em *standby* para ser necessário fazer a obra de regularização da rede de água e depois reasfaltar, ou seja para que o asfaltamento não

fosse feito duas vezes. Percebemos isso, mas estranhámos também quando olhamos para uma proposta que vamos analisar daqui a pouco relativamente a despesas de investimento, e ver aqui muitas obras que já foram feitas, algumas que ainda estarão previstas fazer, mas relativamente ao Vale da Rasca ou a Lameiras da Cima nada aparece. Não sei se é uma intervenção que esteja dentro daquilo que é a disponibilidade de tesouraria normal da câmara ou se é um assunto que esteja escondido e guardado numa gaveta. Portanto gostaria de saber quais é que são os *timings* exatos e concretos, quer para a substituição do hidropressor, quer para o asfaltamento do caminho.

Passou a fazer parte da sessão o Sr. Vice-Presidente da Câmara, André Martins.

João Luz (CDU) – Dois comentários que não resisto a fazer e depois o fundamental da intervenção.

O primeiro comentário dirige-se diretamente aos senhores deputados Paulo Calado e Henrique Guerreiro, para dizer que tal como se comprova, pelo decorrer da discussão e pelo conjunto de intervenções feitas pelos vários deputados, que era neste ponto do regimento que cabia aos deputados municipais intervirem sobre as intervenções que foram feitas pelo público. Julgo que isso ficou esclarecido, independentemente das intervenções que fizeram, porque há uma certa electricidade no ar e são compreensíveis as razões que os levaram a fazer este tipo de intervenção neste momento, neste dia, nesta altura.

O segundo comentário, equacionei se o faria, mas não o vou deixar de fazer, pedindo-vos desde já desculpa pela comparação, enfim, futebolística do termo, mas oiço aqui algumas intervenções, refiro-me concretamente a algumas intervenções como as do deputado Manuel Fernandes e até do deputado Fernando Monteiro, que ao longo de várias sessões fui achando que tinham parecenças com algo que eu não sabia bem o que era e que na sexta-feira passada descobri. É tal e qual os vídeo árbitro nos jogos do Vitória, marcamos golo, a bola está para lá da linha, mas os senhores insistem em dizer que não, e é o que se passa aqui porque dizem que Setúbal é um descalabro, é a miséria total... Enfim! É um estilo de intervenção que cada força política nesta assembleia fará da forma que bem entende, mas permitam-me considerar que até vos fica mal, porque é uma evidência aos olhos de todos.

Felizmente que não são os senhores que decidem, é a população do concelho que decide, ao contrário do que acontece com o vídeo árbitro nos jogos do Vitória.

Felizmente, neste caso, são mesmo as populações que arbitram e que decidem, como têm decidido, quem ganha.

A questão de fundo era para estranhar o silêncio ao longo de todas as intervenções da bancada do PSD, o profundo silêncio sobre um tema em específico. Ao longo do fim deste mandato e dos outros também e já foi aqui referido por vários deputados, e julgo que quem o melhor referiu foi o deputado Alberto Sousa Pereira e que, independentemente das opções políticas e ideológicas de cada um, temos encontrado condições para entenderem muito daquilo que são as questões essenciais para o concelho de Setúbal. Também temos reconhecido, pelo menos esta bancada, que apesar de todas as divergências que nos possam separar que há um conjunto de pessoas bem-intencionadas com intervenção e com vontade de transformar este concelho. No quadro das relações dentro desta assembleia, elas têm pautado por cordialidade, por relações que vão para além da mera discussão e da mera intervenção política.

Não posso deixar de estranhar uma transformação profunda, certamente ditada pelos tempos eleitorais, por parte da bancada do PSD aqui nesta assembleia. Estranho, como disse no início, que logo no conjunto de intervenções que já fizeram não o tenho referido.

Nesta assembleia aprovámos na sessão passada uma deliberação subscrita por duas bancadas, pela bancada da CDU e pela bancada do PSD. Fui eu e o deputado Paulo Calado que a

subscrevemos e foi aprovada com os votos destas duas bancadas. Essa deliberação era sobre a petição que foi apresentada e que estava em discussão e que a remetia à Câmara Municipal para que, no caso de haver uma resposta cabal por parte do Governo à possibilidade de baixar o IMI, a mesma avaliasse a referida petição.

O PSD decidiu, vá-se lá saber porquê, colocar em letras garrafais nos cartazes “Aprovada a petição na Assembleia Municipal”. Enfim, direi, como disse há pouco, que cada bancada, cada partido tem todo o direito a fazer o que entender, mas permitam-nos considerar, para além daquilo que é o fator de deslealdade, que estamos perante uma intervenção de manifesta má-fé, de mentir à população do concelho de Setúbal.

Desafio-vos, aqui nesta assembleia, olhos nos olhos, frente a frente com o conjunto das bancadas que aqui estão sentadas a explicarem-nos a que raio de petição é que foi aprovada nesta assembleia na sessão passada? É porque nós não conhecemos, os senhores certamente conhecem, e tanto que conhecem que escreveram em todo o lado, que a Assembleia Municipal aprovou uma petição. Não sei se os deputados do PS conhecem alguma petição aprovada, não sei se os deputados do Bloco de Esquerda viram alguma petição a ser aprovada, não sei se o próprio CDS viu, mas o PSD e o seu candidato à Câmara Municipal viram e até chegaram a dizer que a proposta foi aprovada no seu conteúdo e naquilo que eram as propostas de percentagens para o IMI.

É apenas para registar a profunda má-fé com que os senhores trabalharam nesta assembleia e com que os senhores se colocam perante a sociedade setubalense nestas eleições e registar mais uma vez a estranheza, porque entendemos que nessa bancada, como em todas as outras, mas referindo diretamente a essa bancada em que há pessoas sérias e pessoas coerentes com aquilo que têm defendido ao longo dos anos.

É para registar esta profunda estranheza que a mim, pessoalmente, só me transmite uma coisa, a profunda falta de caráter.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Vou começar a minha intervenção um bocadinho no calor desta última intervenção.

Em relação ao que foi trazido aqui pelo público o meu camarada de bancada Henrique Guerreiro já se pronunciou e, portanto, não vou falar sobre isso.

Quero deixar aqui algumas notas em relação à minha passagem durante este mandato aqui por esta assembleia e referir algumas questões que foram importantes para mim e outras que me deixaram com alguma mágoa.

Quando entrei aqui não sabia o funcionamento da assembleia, tomei conhecimento dela com auxílio dos camaradas de bancada e com auxílio também das outras bancadas. Realmente estas discussões que se geram durante estas assembleias fazem-me um bocadinho confusão e estarmos aqui às vezes quase a gritar uns com os outros, não é bem o meu género, mas entendo que algumas situações mais acaloradas façam com que alguns deputados possam sentir um bocadinho com vontade de tentar expor os seus pontos de vista.

Participei na elaboração do regimento desta assembleia, se calhar hoje se me fosse dado esse trabalho teria o feito de outra maneira, mas cá estaremos depois então para fazer o novo regimento.

Em relação às comissões, pertenço à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade e o que notámos na comissão e que ficou expresso nas atas ficou é que muitas vezes não tínhamos ninguém da câmara que nos pudesse tirar dúvidas sobre algumas das questões que tínhamos em relação às propostas que eram apresentadas.

Houve uma questão que me deixou com alguma mágoa, foi a moção que o Bloco de Esquerda apresentou em defesa da prevenção estrutural do território e da diminuição da área ardida que apresentámos aqui em setembro do ano passado e que foi chumbada pela maioria CDU.

Portanto, isso deixou-me uma certa mágoa e até depois do que se passou neste verão julgo que teria sido um ponto importante para esta Assembleia Municipal do concelho de Setúbal ter tido esse ponto de honra. Foi o entendimento dos outros deputados, no entanto, ficou-me essa mágoa.

Quanto às questões mais do nosso dia-a-dia, quero salientar as obras que estão a decorrer na Av. Álvaro Cunhal e que tenho sempre falado aqui nesta assembleia. Continua sem haver uma passadeira entre a rotunda do Monte Belo e a rotunda do Alto da Guerra, provavelmente está prevista, mas também agora não vejo lá sítios onde se possam fazer passadeiras, porque fizeram um separador central e só vejo lá um único sítio já muito perto da rotunda do Monte Belo e não vejo mais sítio nenhum, mas certamente que estarão pensadas essas passadeiras.

Tenho pena que não se tenha feito uma obra um bocadinho com mais intervenção, nomeadamente em relação a termos ali uma ciclovia, porque aquela estrada é muito perigosa, passam muitos carros e quase todas as bicicletas andam pelo passeio, mas é compreensível porque é impossível andar na estrada.

Sobre o que foi dito aqui de se ter feito obra no centro da cidade e os bairros estarem deixados um bocadinho ao abandono, eu costumo andar na cidade e realmente há situações que me parecem um bocadinho dramáticas. No outro dia passei à noite no Bairro Santos Nicolau e de repente não havia luz e tive que acender os máximos, parecia que estava no campo. Não! Estava no Bairro Santos Nicolau e de repente a estrada que era de alcatrão passou a ser de terra batida. Não percebo. Realmente há bairros que estão verdadeiramente abandonados.

Algumas zonas do Monte Belo também não têm tido intervenções ao longo destes últimos anos.

Relativamente à questão da Mobilidade e dos Transportes também foram questões aqui abordadas e realmente os setubalenses estão muito mal servidos de transportes. Em termos da mobilidade, e esta semana suponha que seja a “Semana da Mobilidade”, andar de bicicleta em alguns sítios é complicado. Já sei que algumas coisas têm sido feitas, mas realmente muito há ainda a fazer.

Uma das situações que me deixou também alguma mágoa foi uma vez ter perguntado aqui nesta assembleia, e não está cá o senhor vereador, mas com certeza que ele lerá a ata, sobre o Plano Municipal de Saúde e depois de o Sr. Vereador ter falado quase uma hora sobre tudo o que faziam no município relativo à saúde, não me disse que afinal não havia Plano Municipal de Saúde. Eram só estas notas que queria deixar.

Vitor Ferreira (PS) – Com autorização do Sr. Presidente leria agora uma declaração do deputado Ilídio Ferreira, que está a começar um serviço em Cabo Verde.

Presidente da Mesa – Faça favor.

Vitor Ferreira (PS) – Muito obrigado.

“Senhor Presidente, membros da Assembleia Municipal, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores da Câmara Municipal, gostaria de aí estar convosco na assembleia deste mandato ou na última assembleia neste mandato, agora que terminam as minhas funções autárquicas iniciadas no longínquo ano de 1990. Foram quase 28 anos, 24 em Setúbal e 4 em Palmela.

Em Setúbal fui vereador em dois mandatos, um no poder e outro na oposição, e membro da Assembleia Municipal em quatro mandatos.

A vida não me permite estar aí, mas gostaria de vos deixar uma breve mensagem.

Primeiro, a todas e todos que vão continuar a desempenhar funções autárquicas, votos de que o façam com motivação, com satisfação e com empenho. O vosso contributo é importante para o futuro da nossa cidade e do nosso concelho.

A quem termina, tal como eu, funções nesta data exorto a que continuem a participar ativamente na vida da nossa cidade e do nosso concelho.

É isso que penso continuar a fazer a partir do próximo ano quando regressar a Setúbal a tempo inteiro.

A participação cidadã não se esgota nas funções autárquicas na câmara, na assembleia ou nas freguesias, a nossa Constituição e o nosso quadro legal legitimam a participação cidadã de forma muito alargada no exercício dos nossos direitos.

Terceiro, ao longo dos 28 anos tive envolvido em muitos debates e discussões, algumas bem agitadas, tentei sempre que a discussão fosse sobre as ideias, procurei sempre não ser ofensivo, mas não tenho a certeza que o tenha conseguido em todas as ocasiões. Por mais que não desejamos, por vezes, as nossas convicções quando levadas ao limite, podem levar a passar barreiras que não queríamos ultrapassar.

Por isso, gostaria de pedir, muito sinceramente, desculpa a quem alguma vez se tenha sentido ofendido por algumas palavras por mim proferidas, muito em especial, e em relação aos presentes, à Sra. Presidente Maria das Dores Meira e ao Sr. Vereador André Martins, pessoas com quem nos últimos mandatos mantive os debates mais intensos.

Os meus cumprimentos e uma muito boa noite para todos. Ilídio Ferreira”.

Presidente da Mesa – Muito obrigado Sr. Deputado e também obrigado ao deputado Ilídio Ferreira pelas palavras que enviou e que ouvimos.

Vice-Presidente – Peço desculpa por só ter chegado agora, mas creio que a Câmara Municipal estava bem representada naquilo que é fundamental para os compromissos e responsabilidades que a Câmara Municipal tem junto da Assembleia Municipal e do município em geral, como julgo que seja compreensível por todos.

Os vereadores da Câmara Municipal têm a responsabilidade de continuar a sua atividade política em determinados horários e também de dar resposta àquilo que são os compromissos da própria atividade e da responsabilidade da gestão autárquica. Daí que haja, por vezes, algumas dificuldades de estarmos todos a assumir os compromissos que temos, aqui em particular com a Assembleia Municipal.

A minha intervenção neste momento tem a ver com a mensagem do Sr. Deputado Municipal Ilídio Ferreira. É um cidadão de Setúbal, que conheço, já não sei há quantos anos, que sempre vi e reconheço como um cidadão empenhado, independentemente da sua posição e da sua filiação partidária que é reconhecida, mas que desde que eu o conheço, mesmo fora das lides autárquicas, é uma pessoa empenhada, ativa e participante na vida da cidade de Setúbal, independentemente, como ele refere, de ter tido outras responsabilidades autárquicas fora do Município de Setúbal.

A questão aqui fundamental é esta, o Sr. Vereador, digo eu, porque foi nessa condição que eu acho que a mensagem que ele deixou se situa fundamentalmente, em momentos extremamente importantes que aconteceram na vida desta cidade e que o Sr. Dr. Arquiteto Ilídio Ferreira era vereador da Câmara Municipal de Setúbal. Ele tinha a responsabilidade do urbanismo em que nós estávamos no processo para resolver o problema do Polis em Setúbal. Reafirmo esta expressão.

Como sabem, nós ganhámos a câmara em 2001, tomámos posse em janeiro de 2002 e fomos apanhados neste processo do problema do Polis. É um processo que era anterior e que tivemos de assimilar, de ver de que forma é que este projeto podia contribuir para o desenvolvimento

MP

da nossa cidade em particular. Não foi fácil. Ainda quando havia um compromisso de que a intervenção Polis era um projeto autofinanciado.

Todos sabemos que o autofinanciamento não tinha condições, não tinha viabilidade. O que era um facto é que haviam projetos, haviam compromissos e havia que terminar o Polis, por isso é que disse que era um problema do Polis. O Sr. Vereador Ilídio Ferreira, como outros membros do Partido Socialista na Câmara Municipal, naturalmente tinham um posicionamento relativamente a esta matéria, que é legítima, e eu enquanto vereador do urbanismo e a Sra. Presidente, como coordenadora desta equipa, naturalmente que tínhamos divergências bastante profundas sobre a forma como resolver o problema do Polis e finalmente conseguimos chegar a um ponto e a Avenida Luísa Todi está aí, a zona ribeirinha está aí e foi obra Polis. Mas foi um debate e um confronto político de entendimentos diversos sobre a forma como resolver o problema do Polis por isso, eu não podia deixar de fazer esta intervenção, tendo em conta também as palavras que o Sr. Vereador aqui deixou.

É o debate e o confronto político, é a democracia, é o resultado de uma cidade que nós temos, com as dificuldades, com os problemas que tivemos de enfrentar, mas o problema do Polis está quase resolvido.

É uma história que um dia havemos de continuar a falar, porque não está totalmente resolvido, mas nos seus aspetos fundamentais ele foi resolvido, mas houve um confronto político muito acentuado na Câmara Municipal.

Em relação às palavras do Sr. Vereador, julgo que aqui na Assembleia Municipal fazia todo o sentido eu fazer aqui esta intervenção para que ficasse registada esta memória e porque, neste caso, que a mim me compete estar aqui e ele que não esteve, mas que escreveu esta mensagem, que fique registada para que todos tenham consciência e não esqueçam de que o confronto, o debate político, a participação cívica é fundamental em qualquer momento e, sobretudo, na vida democrática que nós temos com os órgãos democráticos eleitos, independentemente, das opiniões e das ideologias presentes.

Obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpa senhores deputados, não foi fácil chegar ao fundo desta intervenção, porque foram quatro anos para terminar esta operação e ela não ficou totalmente resolvida e um dia destes todos nós que participamos na vida municipal havemos de ter de encerrar este processo, mas no essencial e naquilo que diz respeito aos cidadãos o problema do Polis está ultrapassado. Temos um caminho longo a percorrer enquanto cidadãos, enquanto responsáveis da vida cívica e política deste concelho. É isso que, naturalmente, esperamos todos.

Vitor Ferreira (PS) – Era só para dizer que conhecendo o deputado Ilídio Ferreira, como o conheço, ele agora quereria falar, mas a mim apenas me pediu que lesse a mensagem, por isso vou ficar por aqui.

Paulo Valdez (PSD/CDS-PP) – Hoje é o dia das despedidas.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Srs. membros da Assembleia, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, aqui e agora aproveito esta oportunidade para me despedir dos órgãos autárquicos do Município de Setúbal, assim como dos funcionários municipais.

Desde dezembro de 1979, tenho sido sucessivamente candidato pelo P.S.D. no Município de Setúbal, tendo exercido as funções quer de vereador, quer de membro desta Assembleia.

No próximo dia um, interrompe-se este serviço à causa pública que muito me orgulha. Aproveito para sublinhar a importância que o exercício das funções de autarca, na terra onde nasci, onde tenho vivido a maior parte da minha vida e onde exerço a minha atividade profissional, foram muito importantes na maneira como hoje concebo o mundo em que vivemos.

O exercício desta atividade, sem funções executivas, permitiram-me conhecer e perceber melhor a minha terra e as suas gentes.

Setúbal é uma cidade e um concelho com enormes potencialidades, mas continua a faltar um projeto estratégico que lhe permita superar as suas debilidades sociais e culturais.

No desempenho das minhas funções autárquicas, cruzei-me com autarcas, funcionários e cidadãos que me marcaram e me fizeram acreditar que a democracia e a liberdade de expressão e pensamento são valores insubstituíveis. Podemos discordar de quase tudo, mas existem valores que não podem deixar de ser o nosso denominador comum, ou seja, a democracia, a liberdade e o serviço à comunidade.

Procurei servir Setúbal e os setubalenses, no exercício das minhas funções.

Defendi com energia as minhas ideias, trabalhei afincadamente nos assuntos em discussão, ouvi as pessoas, vivi a minha cidade, mantive sempre a porta aberta para o diálogo e a procura de soluções que servissem a comunidade, ultrapassando de forma exigente o sectarismo e o oportunismo.

Naturalmente, cometi erros, disse coisas menos corretas, enfim, estou longe de ser perfeito.

Mas, procurei ser um autarca de honra e de palavra que estivesse à altura da escolha efetuada pelo meu Partido e merecer o voto dos meus concidadãos.

Aprendi muito com todos vós, presentes e passados, diverti-me imenso nestas reuniões, por estranho que pareça, enfim, procurei servir Setúbal.

Em resumo, parafraseando Francisco Sá Carneiro *“a política sem risco é uma maçada e sem ética é uma vergonha”*.

Muito obrigado.

Vice-Presidente – Senhor presidente pedi a palavra na sequência da intervenção do Sr. Deputado Municipal para também poder dizer algumas palavras sobre a intervenção que fez. Esta é uma última sessão da Assembleia Municipal.

São muitos anos já de vida autárquica e como aconteceu com o senhor vereador Ilídio Ferreira, também com o vereador Paulo Valdez e com esta intervenção que fez, e não podia deixar de dizer que, independentemente das diferenças, das posições mais divergentes, que ao longo de anos foram acontecendo na Câmara, na Assembleia Municipal, também o senhor vereador Paulo Valdez teve uma postura com os seus companheiros de partido na altura que eu considero fundamentais na vida deste município.

Aquilo que eu vou dizer e não é nenhum ataque a ninguém, é apenas uma referência, se quisermos, de um passado recente ou de uma referência histórica da vida destes órgãos autárquicos, no caso da Câmara Municipal.

Como todos sabem, quando a CDU ganhou as eleições havia um problema financeiro na Câmara Municipal e havia que encontrar soluções para esse problema. Na altura podia-se ter encontrado outra solução, mas foi na altura por iniciativa e empenhamento do senhor vereador Paulo Valdez que se conseguiu encontrar um caminho que permitiu estabelecer um processo de controlo das contas municipais.

Não me vou alargar muito sobre esta matéria, mas existem as atas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e a minha intervenção não pretende ir por aí.

A questão é a importância que a disponibilidade do senhor vereador permitiu que a Câmara Municipal de Setúbal continuasse a ter credibilidade do ponto de vista financeiro, das suas condições de poder continuar a funcionar e a progredir o município tão importante como é o Município de Setúbal. Estou-me a referir relativamente à questão do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Mas não só, é que, em determinada altura, colocou-se uma outra questão que tinha a ver com as taxas que eram cobradas no Município de Setúbal.

Fez-se um estudo e chegou-se à conclusão que, para que o Município de Setúbal acompanhasse as taxas que eram praticadas em outros municípios de nível idêntico, era necessário aumentar as taxas em 5%. Era um absurdo, como como devem compreender. No entanto houve um diálogo que permitiu que se estabelecesse um entendimento no sentido de vir a criar-se um programa viabilizado pela iniciativa que era o responsável da bancada do PSD na Câmara Municipal, depois alargada à Assembleia Municipal que permitiu que durante cinco anos se fizesse a atualização das taxas no Município de Setúbal.

São referências que, independentemente das opiniões e das posições de cada um, são importantes para ficarem na história da nossa vida, na Câmara e na Assembleia Municipal.

Quando o senhor Deputado Municipal fez aqui esta intervenção, peço desculpa, mas não podia deixar de acentuar estas questões, porque às vezes ainda podia existir aqui algumas dúvidas, mas como todos sabem as posições entre a CDU e o PSD e no caso da gestão autárquica em Setúbal são completamente distintas e as intervenções podem ser lidas nas atas da Câmara e da Assembleia Municipal, porque há entendimentos completamente diferentes sobre as várias matérias, mas nestes aspetos foram fundamentais para que se conseguisse atingir objetivos que nós consideramos que foram atingidos no Município de Setúbal.

Nesta altura tem a ver muito com as posições que este senhor deputado, na altura vereador, assumiu e que por isso acho fundamental que ficasse aqui também referido o reconhecimento. O nosso reconhecimento pela forma como a postura, a compreensão e a posição que tomou durante os interesses do Município de Setúbal.

Senhor Presidente, mas como não estava cá e peço desculpa por isso, quando entrei aqui o Senhor Deputado Municipal Luís Custódio estava a fazer uma intervenção e chamaram-me agora a atenção que também para ele provavelmente é a última vez neste mandato, porque no próximo mandato não vai estar aqui. Nesse sentido queria só dizer, até porque aqui já não estou a falar de representantes de outras bancadas, mas da bancada da CDU, mas não podia deixar de dizer o papel extremamente importante que o Sr. Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra teve no desenvolvimento da contribuição nas freguesias para o concelho de Setúbal. A intervenção que ele fez e que só tive a oportunidade de ouvir algumas partes, demonstra bem o conhecimento, a participação e o envolvimento que ele teve no progresso e no desenvolvimento, não só na freguesia que ele dirigiu durante vários anos, mas também no contributo que deu para o desenvolvimento deste concelho.

Peço desculpa, isto é apenas um aparte relativamente às outras intervenções, mas também julgo que é fundamental que fique registado, sobretudo deste aspeto que ele referiu, porque senti na pele, porque quando a CDU chegou à gestão do município, ele já era presidente da junta e, portanto permitiu-se ter o conhecimento e a experiência de dois tipos de gestão municipal e ele fez a diferença.

Não me vou alargar mais, mas também era importante que ficasse feito este registo.

Presidente da Mesa – Muito obrigado Sr. Vice-Presidente pela ajuda que deu e pelos esclarecimentos que trouxe e que permitiram, de facto, expulsar digamos, o retrato de três distintos autarcas que vão deixar esta casa, mas que, naturalmente, desse modo que expressou tanto ajudaram a que as situações se resolvessem em vários aspetos.

Celestina Neves (Presidente da União de Juntas de Freguesias de Azeitão) – Vou responder ou vou tentar dar aqui uma ajuda relativamente às questões que apresentou a Sra. Ana Paiva, até para sossegar o senhor deputado Manuel Fernandes.

Em Azeitão, de facto, não se passa nada de estranho, em Azeitão gostam da qualidade dos serviços e, portanto, acho muito bem que venham cá.

A Sra. Ana Paiva levantou aqui algumas questões que, como ela disse e bem, não a conhecia, mas já tínhamos trocado correspondência, e julgo que em 2015 colocou-se um abrigo de passageiros e lombas na Rua da Florex e construiu-se passeios.

Relativamente ao parque infantil que lá está, ele foi intervencionado, tal como já disse à Sra. Ana, não foi uma intervenção de cosmética, foi sim uma intervenção de segurança. Tenho que referir que foram 22 parques infantis intervencionados este ano em Azeitão, sendo que 18 deles foram intervenções mesmo profundas, mas os outros levaram só as intervenções que eram necessárias em termos de segurança.

Relativamente às ervas que a senhora falou, informo que as ervas têm sido cortadas nas Galeotas e está lá, de facto, aquela erva chamada de verão que cresce que nem os herbicidas as mata, mas tal como a senhora já viu, já lá andam os trabalhadores da junta. Já lá andaram ontem e hoje continuam naquela zona das Galeotas, e seguramente que irão chegar à Rua das Cegonhas.

Falou também nas baratas e a última reclamação que chegou à junta referente à questão das baratas foi em julho e já houve uma intervenção da câmara depois disso. Não chegou mais nenhuma à junta, a Sra. Vereadora já deve ter tomado nota agora e seguramente que irão intervir.

Também quero aqui referir que a Sra. Ana e também o Sr. Manuel Fernandes não devem saber que zona é que estamos a falar, porque as Galeotas tem uma parte que é uma urbanização nova e tem outra parte que é de génese ilegal.

Foi também durante estes oito anos que a génese ilegal ficou toda resolvida, levou passeios, levou asfalto e levou saneamento, portanto, aquela zona foi uma das zonas que levou grandes intervenções. É claro que continua a faltar mais um abrigo de passageiros e também existe o problema de transportes em Azeitão.

Os TST até há bem pouco tempo tinham uma postura que era, faziam um estudo de mercado e se não era rentável não faziam. Julgo que, neste último ano, estão a alterar essa postura e a maneira de ver a questão das pessoas da periferia. Estou convencida que essa situação irá ser resolvida.

Senhor Manuel Fernandes quando quiser ir a Azeitão ver o que lá há de estranho, pode ir agora visitar as Galeotas, que foi o que esta senhora hoje aqui trouxe. Esteja à vontade.

Porque se, de facto, estas coisas são estranhas, faltar um abrigo de passageiros e as questões que aqui foram levantadas é porque aqui em Setúbal está tudo resolvido. Realmente a CDU tem razão, não há cá problema nenhum para resolver, estão todos resolvidos. Muito obrigada.

Nuno Marques (CDU) – Já passou muito tempo desde que me inscrevi e ainda bem, porque também o ambiente mudou um bocadinho e a primeira parte desta assembleia acho que foi um exercício que eu não gostaria que esta assembleia tivesse. Cada um exerce o seu mandato da melhor forma, da forma que acha que entende que é a melhor para o município, mas eu julgo que algumas intervenções na primeira parte procuraram oportunisticamente aproveitar-se de uma situação que foi colocada por diversos cidadãos, o que não dignifica o mandato que nos foi conferido pela população deste concelho e não é esse o papel desta assembleia.

A campanha eleitoral não se faz aqui, nem hoje, deve fazer-se noutros espaços, em espaços públicos deste município que não nesta sala ou nesta sessão. É a minha opinião pessoal, cada um faz aquilo que entende que é mais correto.

Já esta última parte, julgo que foi diferente e aproveito para, não vou particularizar, saudar com apreço todos aqueles que deixam de exercer funções neste órgão. Sei de cor aqueles que já foram referidos, o Ilídio Ferreira com quem também estive aqui noutros mandatos, o Paulo Valdez que também já nos conhecemos aqui da assembleia há muitos anos, o Alberto Sousa Pereira que é seguramente o membro mais antigo desta assembleia, está cá desde a Comissão

Administrativa, e foi com muito prazer que aqui estive, com muito orgulho e sentido de responsabilidade para servir o meu concelho, para servir a população o melhor possível e partilho das questões que foram colocadas por todos. Há situações que às vezes correm melhor, às vezes correm pior, mas julgo que partilhamos o objetivo de fazer o melhor possível.

Aproveito para saudar todos os outros que terminem os mandatos, eu também termino, mas isto é um até já, porque nós vamos continuar todos aqui na vida do concelho.

Também não gosto particularmente de despedidas, mas aproveitando a onda de despedidas que começou aí a criar-se, uma saudação especial também ao vereador André Martins que cessa funções e que julgo que foi uma pessoa que deu um contributo muito relevante nos últimos 16 anos na gestão desta Câmara Municipal. Isto é um trabalho coletivo, mas é construído a partir daquilo que cada um dá.

Quero colocar duas notas, depois desta espécie de introito e vou ser muito breve.

Uma primeira, como disse, lamento a forma como me foi abordada a questão colocada por alguns comerciantes, hoje mesmo nós tivemos na estrada da Baixa de Palmela e falámos com todos os comerciantes, julgo eu, que aqui estiveram e com vários outros que aqui não estiveram e até com os moradores. Esteve a Sra. Presidente da Câmara e os vereadores todos. Obviamente que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estão a acompanhar aquela situação com preocupação, não só pela questão bem expressa pelos comerciantes, mas pelo natural constrangimento que uma obra numa via importante da cidade e de ligação ao centro cria aos moradores daquela zona da Freguesia de São Julião. Portanto as preocupações e as medidas, o vereador Carlos Rabaçal já as referiu, julgo que é o quanto basta sobre esta questão levantada.

Depois outras notas mais caricatas de uma pretensa conjugação de interesses entre o grupo Sonae e a CDU no Município de Setúbal, que são um bocadinho mais rebuscadas, mas infelizmente, o PSD tem surpreendido nesta presente campanha eleitoral por uma estratégia de falsidade e de vitimização que não beneficia em nada o processo eleitoral que vivemos e julgo que também não beneficiará o próprio PSD, que não precisaria disso para afirmar as suas ideias, as suas propostas, mas disso se encarregará a população e não eu de ajuizar.

Quero também sublinhar a questão colocada pelo deputado João Luz há pouco, porque na qualidade de membro desta assembleia me senti lesado, para ser simpático, depois do que se passou aqui na última assembleia, tendo nós subscrevido em conjunto com a bancada do PSD e do CDS uma proposta, em cuja redação também participei, e estranhei ao ver as parangonas espalhadas pela cidade que dizem uma coisa que não é verdade.

A bem da seriedade e como o registo em que aqui estamos é um registo doméstico, portanto, estes laivos de campanha não têm efeito para além desta sala, mas julgo que no contexto do funcionamento desta assembleia e na sua ata deve constar esta questão. Temos o direito e a bancada do PSD/CDS tem o dever e a obrigação de nos esclarecer sobre a questão e agir em conformidade com aquilo que ditar a sua consciência.

Manuel Esteve (PS) – Começaria a minha intervenção hoje dizendo que, como fui eleito pelo Partido Socialista para fazer este mandato de quatro anos, do qual tentei com alguma dignidade defender o meu partido e a minha terra, que é Azeitão. Julgo que as minhas intervenções não foram nada fora do contexto, porque se há uma outra mais acalorada se os atingi, peço as minhas desculpas desde já a todos aqueles que me ouviram.

Quero também dizer que termino o meu mandato com algumas das intervenções que eu fiz, das quais estou muito orgulhoso e o meu partido também, assim como todos aqueles que estão aqui presentes levando a parte que compete também à Sra. Presidente da minha Junta de Freguesia que alguns dos assuntos que trouxe aqui foram resolvidos para bem da população e

não fiz mais que o meu dever, foi essa a minha obrigação de estar aqui a ajudar a resolver os problemas da minha terra.

Vou acabar o mandato com algumas das questões que ficaram por resolver, duas muito simples que eu julgava que teriam sido resolvidas e que não foram neste mandato. Espero que no mandato seguinte, esteja quem estiver aqui no meu lugar, que seja capaz de não esquecer o tal passeio de ciclovía entre Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão que tanta falta faz à nossa população para ir ao mercado do Pingo Doce. Assim como também os dois arrancamentos de troncos que a Sra. Presidente da Junta ia fazer, mas não o fez neste mandato, espero bem que no próximo faça e que substitua esses dois troncos por duas árvores e que retire as duas árvores que estão em frente ao snack-bar da aldeia, as quais estão doentes e estão a precisar de serem substituídas.

Isto só para fazer uma intervenção muito ao de leve, mas não queria deixar de responder em particular a uma das questões que o senhor deputado Luís Custódio apresentou no tempo dos 16 anos quando chegou ou quando a CDU chegou aqui. Lembro-me e ele, se calhar, não se lembra porque era miúdo, mas recordo-me que há 20 anos em Azeitão não havia água e quem me levou a água à minha casa foi a tal pessoa que vocês não gostam de ouvir falar, foi o professor Mata Cáceres. Não havia esgoto, senhor Luís Custódio, foi o senhor professor Mata Cáceres que o fez.

Ainda bem que a partir dessa data começou a haver maior desenvolvimento e é de toda a obrigação e dever daqueles que têm os mandatos aqui nas assembleias e nas vereações levarem para diante sempre aquilo que não foi feito, porque não nos podemos esquecer e nem se pode arrepender daquilo que não fez. Temo-nos que arrepender, às vezes, é das coisas mal feitas que se faz.

Houve coisas que foram mal executadas, houve outras que não foram feitas, mas há de haver, com certeza, alguém que vai dar continuidade ao trabalho que tentamos aqui fazer e que não foi feito e que no futuro possivelmente e garantidamente seja efetuado.

Despeço-me desejando a continuação de uma boa sessão plenária.

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) –

Não posso começar a minha intervenção sem que antes faça um reparo. Fui dos primeiros a inscrever-me e fui, portanto, empurrado para o fim da fila sendo dos últimos a intervir. Julgo que no futuro estas situações têm que ser acauteladas.

Depois demonstrar aqui a minha satisfação, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra pelas obras iniciadas pelo executivo da desativação da ETAR das Pontes, da ETAR do Bairro do Capador e da ETAR do Faralhão e a construção da estação elevatória na Rua António Fragoso.

A desativação destas ETAR tem a ver com a 1ª fase dos esgotos daquela localidade irem ligar ao coletor do Faralhão. Isto é numa 1ª fase e dá azo a que na 2ª fase se proceda então à obra de construção dos esgotos de toda a zona do Monte dos Patos, de toda a zona das Pontes que ainda não estão servidos.

Fico muito satisfeito por se ter dado início às obras, elas estão a decorrer e julgo que estão a decorrer em bom ritmo, a população está satisfeita e espero que a 2ª fase também não demore para que esta obra não caia em saco roto. É isso que peço para bem da população das Pontes. É uma obra que fazia e faz muita falta e como muitas vezes temos dito, as Pontes é uma localidade a sete quilómetros da sede da capital do concelho de Setúbal e esperamos que esta obra dei azo a que termine essa lacuna na localidade das Pontes.

Também aproveito, sendo esta a última assembleia deste mandato, desejar a todos muitas felicidades e que a vida vos corra bem a todos e ao público também e muita saúde para todos. Obrigado.

Carlos Batista (PS) - Senhor Presidente, referia aqui que durante este mandato, entre várias questões que coloquei na assembleia, duas ficaram por resolver, e já não foi mau.

A primeira tem a ver com a recuperação da Capela da Nossa Senhora da Piedade, no Cemitério da Piedade. Esta questão tenho vindo aqui a coloca-la, várias vezes, durante este mandato e o Sr. Vereador André Martins tem tido a gentileza de me informar que estão a tentar resolvê-las, mas segundo me parece e o conhecimento que tenho é que ainda hoje a única coisa que o empreiteiro colocou, para dar início à obra, foi um andaime que está lá encostado à capela.

Naturalmente que houve aqui, segundo informação que na altura o vereador nos deu, foram as dificuldades económicas, mas parece-me agora que a economia, o desenvolvimento da construção civil começou a arrancar e julgo que seria normal que esta obra já estivesse concluída. Chamo a atenção que ela está inserida numa empreitada que teve início, aliás ela foi inscrita em outubro de 2010, já lá vão praticamente quase sete anos e até hoje ainda o empreiteiro não fez qualquer trabalho referente esta obra.

É estranho, porque a câmara vem aqui e diz, e acredito nisso, que está sempre atenta aos problemas e que defende os interesses da população, mas parece-me que isto aqui é um assunto que nós não conseguimos ver resolvido e vai acabar o mandato e vai passar para o próximo mandato. Gostaria de saber hoje se já existe alguma data para dar início e o término dos trabalhos.

A outra questão tem a ver também com as árvores que foram cortadas na rua Miguel Homem Sampaio e Melo. Esta questão tem sido colocada por mim e pelo Albérico Alho da bancada do Bloco de Esquerda e até ao momento ainda não foi resolvida. Aliás, no dia 15, quando estávamos nas comemorações do Dia da Cidade, falei com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Rui Canas, e estive-lhe a explicar que não conseguia entender que a árvore tinha sido cortada e que deixaram ficar aos ramos em cima do passeio. O Presidente da Junta disse que não estava nada, que estava tudo limpo e respondi que se estava tudo limpo, pelo menos ontem de manhã não estava quando lá passei. Informo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que hoje voltei a passar por lá, às 17h45 e ainda continuavam lá os ramos, agora mais secos, em cima do passeio.

Para nos entendermos, há dois anos o passeio tinha árvores e as pessoas pediram para as cortar, porque as raízes das árvores rebentavam com o passeio, cortaram as árvores, deixaram ficar a raiz, agora nem temos árvores, nem temos passeio e ainda temos o lixo. Tenho a informar que o Sr. Presidente no dia 15 mentiu, porque fez uma afirmação tão categórica à minha frente, que fiquei um pouco assim..., mas hoje às 17h45 ainda lá estavam.

É preciso ter cuidado, quando faz afirmações, é preciso ter a certeza do que está a dizer. Eu quero acreditar nas pessoas que governam esta cidade e fiquei muito molestado com aquilo que o Senhor me disse, porque acreditei no senhor. O senhor é responsável e ocupa um cargo aqui na cidade e não pode fazer esse tipo de afirmações.

Albérico Alho (BE) – Agradecer ao Sr. Deputado Alberto Pereira pelas simpáticas palavras acerca da minha última investigação sobre a história da cidade. Fico particularmente sensibilizado por essa referência, porque o Deputado Alberto Pereira foi um dos protagonistas deste período tão complexo, da história coletiva de Setúbal.

Como estamos em época de despedidas, aproveito por me despedir de todos os presentes, mas dado o adiantar da hora vou fazê-lo de uma forma telegráfica. Esta será a minha última intervenção nesta Assembleia, a menos que o Bloco de Esquerda venha a ter maioria absoluta na próxima, o que não será certamente provável. Não vou fazer um balanço do meu trabalho, mas quero aproveitar para agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecer a

todos os deputados e deputadas aqui presentes, agradecer à Sra. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Vice-Presidente, aos Srs. Vereadores, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Presidentes de Junta, pela vivência democrática que me proporcionaram ao longo destes quatro anos. Com todos e com todas aprendi muito e por isso estou grato.

Dar uma palavra especial aos meus camaradas Henrique Guerreiro e Rosário Amaral, companheiros solidários e amigos, que agradeço e felicito pela qualidade das suas intervenções e pelo seu contributo desinteressado no quadro da intervenção cívica desta cidade.

Estou certo que a próxima Assembleia Municipal aprofundará o trabalho em prol da melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Estou certo que os próximos deputados se empenharão neste desígnio a bem de todos os setubalenses e de todos os azeitonenses.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – Esta minha intervenção é suscitada pela intervenção do Deputado Joel Marques, sobre as questões da Rasca. Percebo que alguém da bancada do seu partido, na assembleia de freguesia lhe fez esta diligência e o Senhor veio fazê-la aqui, mas fê-la de uma forma que não é correta, porque referiu aspetos que não são verdadeiros. Esta questão arrasta-se há muito mais tempo do que aquilo que o Senhor diz. Recebi a Sra. Luísa que é uma das proprietárias naquela zona e desde o início do mandato que temos vindo a tentar resolver o problema em questão, atendendo a que o mesmo é claramente da responsabilidade da Águas do Sado, porque é a entidade que tem a responsabilidade de fazer chegar a água a casa das pessoas.

Esta situação é no mínimo caricata! A Junta de Freguesia da Anunciada sempre pagou a luz para funcionamento daquelas bombas, indevidamente. A questão não era quem pagava ou não a luz, mas criar condições para que as pessoas pudessem ter água em casa. Foram feitos um conjunto de diligências, inclusivamente reuni com a senhora diretora geral da Águas do Sado e com o senhor diretor responsável pela rede, tendo sido sugerido por eles uma solução, do ponto de vista técnico, para resolver aquele problema. Foi-me dito pela Águas do Sado, qual o custo da obra e como é que as coisas iriam acontecer. A senhora diretora geral disse que a obra tinha que ser custeada pela Câmara Municipal de Setúbal. Na altura falei como Sr. Vereador André Martins sobre esta questão e a Câmara Municipal de Setúbal esteve de acordo em financiar aquela obra. Por questões técnicas e para resolver rapidamente o problema, deveria ser a Águas do Sado a fazer a obra e depois seria deduzida na verba que habitualmente transfere para a Câmara Municipal sobre o valor da obra. Na altura o valor era cerca de trinta e seis mil euros, no entanto a Águas do Sado nunca mais avançou com a obra. Já foi indagado duas vezes por mim e pelos próprios moradores, por que razão a obra ainda não avançou, no entanto, ainda não obtivemos respostas concretas.

A Sra. Presidente da Câmara não prometeu nada em 2016! A Sra. Presidente da Câmara reuniu este ano com 71 moradores da Rasca e prometeu um conjunto de obras, algumas das quais já se estão a efetivar. Há um conjunto de pormenores que estão relacionados com esta obra, que só posteriormente valia a pena fazer a intervenção naquela zona.

Estranho que o senhor deputado tenha trazido este problema, quando os seus camaradas na Assembleia de Freguesia colocaram o problema e levaram a devida resposta. Não se justifica estar a colocar aqui uma questão, quando o Partido Socialista colocou no sítio certo e levou a resposta e na altura não questionaram a resposta. A senhora deputada que colocou o problema, não sabia parte das coisas, porque não foi à reunião com os moradores, apesar de ser moradora daquela zona.

É estranho trazer aqui um problema que os próprios moradores conhecem. A promessa da resolução para este problema, em nada está relacionado com a visita da Sra. Presidente, mas sim com situações relacionadas com toponímia e com um conjunto de outros problemas que

MR

os moradores colocaram nessa reunião. Significa que essa sua intervenção está completamente desfasada e não vai de encontro à realidade.

Sobre a questão que o Sr. Deputado Carlos Batista colocou, peço desculpa por lhe ter dito aquilo, mas a de acordo com a informação que me foi dada, garantiram-me que naquele dia aquilo tinha sido limpo. Não foi esse molho de verdes, mas sim um molho que se encontrava na rua de baixo, que fica contígua a essa rua, mesmo junto à escola Preparatória de Bocage e que estava relacionado com uma intervenção mais recente de poda de árvores, por uma empresa contratada pela Câmara Municipal. Às vezes damos a informação com base na informação que temos. Também lhe informei na altura que as podas das árvores não são da responsabilidade da Junta, mas sim da Câmara. Em relação à rua Sampaio e Melo, já aqui foi várias vezes referido que houve uma empreitada para cortar as árvores e haverá uma outra empresa (porque são empresas diferentes que o fazem) para retirar os respetivos cepos, que na verdade ainda não foi feito e já lá vão dois anos. Nesta questão o senhor deputado tem toda a razão, quanto à outra questão, se lhe induzi em erro, peço desculpa, mas também eu fui induzido em erro. Só não percebi a forma como senhor deputado colocou a questão, porque já temos falado pessoalmente de vários assuntos relacionados com questões da freguesia pessoalmente e nunca lhe faltei à verdade.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Responder a uma provocação dos deputados da CDU. O senhor deputado hoje está muito excitado, o debate foi ontem e sei que o senhor deputado até gostaria de estar no lugar da candidata, mas não é aqui o palco para isso.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Paulo Calado agradeço que faça a sua intervenção.

Paulo Calado (PSD/CDS) – É curioso que o Senhor Presidente interrompe sistematicamente as pessoas que estão a falar. O Senhor Presidente em vez de por as pessoas na ordem ainda se vira contra quem está a falar. É curioso, mas isto está quase a acabar.

Relativamente ao IMI, sabemos que é um tema que é muito caro aos senhores, para o manter na taxa máxima, é isso que têm feito estes anos todos, é isso que têm votado aqui, mas na realidade os setubalenses estão saturados de pagar as taxas pelo máximo. Se há falsidade maior, é essa. Os senhores sabem muito bem que é possível descer a taxa, que não há nenhuma sanção legal para descer a taxa. Apesar de haver 5.518 assinaturas de setubalenses (que os senhores agora andam a dizer que são falsas), que propõem que haja alguma consideração pela sua vida, pelas suas economias, pela sua gestão familiar, para que essa taxa possa descer, os senhores continuam com as vossas falsidades. Misturar a questão da votação na Assembleia da República da taxa em abstrato, quando sabemos que a afixação da taxa em concreto é feita em todas as câmaras do país, com diferenças de câmara para câmara, atendendo à situação económica que têm. Seria muito mais honesto e ainda ontem falava com uma pessoa que é apoiante da vossa candidatura, que concordava comigo e dizia: *“De facto, porque é que esta malta não assume que quer a taxa no máximo. Assumam isso de vez e deixem-se de fantochadas”*. Tal como já escrevi num determinado artigo de jornal: *“Assumam que querem a taxa no máximo”*. Continuar a insistir que não é possível é falsidade.

Quanto aos ataques de carácter não vou responder, como é óbvio, porque nós temos essa política no PSD. É o que sempre temos feito, nomeadamente nas redes sociais, com todo o tipo de provocações que têm existido, de pessoas ligadas à própria câmara, de funcionários da câmara que se dedicam a atacar o PSD. Deviam de ter vergonha na cara, porque nem sequer respeitam os eleitos locais. Achava engraçado que houvesse um funcionário de uma das juntas de freguesia que andasse a brincar no facebook a atacar-vos ou a atacar um membro na

assembleia de freguesia? Gostava de ver qual era a vossa reação. Felizmente não são a maioria dos funcionários da Câmara Municipal, porque a maioria são livres e pensam pela sua cabeça. O senhores sabem muito bem quem é que encabeçou essa petição, sabem muito bem que as pessoas voluntariamente subscreveram essa petição, sabem muito bem o que é que estava escrito nos considerandos dessa mesma petição e o resultado dessa petição foi o texto que aqui foi aprovado, com o qual estamos de acordo. Os senhores também votaram a favor, pelos vistos estão arrependidos e sentem-se enganados, mas devem-se sentir enganados por vocês próprios, porque ninguém os enganou uma vez que o texto é muito claro e diz o que tem a dizer. Sendo os senhores o suporte da maioria da Câmara Municipal deveriam prestar contas sobre o que fizeram relativamente a essa deliberação, porque não sabemos que consequência é que houve nessa mesma deliberação. Houve uma recomendação à câmara, na sequência daquilo que fizeram os deputados do PSD, de perguntas que já foram feitas, que colocassem também a questão ao Governo e nós não sabemos exatamente o que é que os senhores fizeram, provavelmente nada, mas andam sistematicamente nesta política de “*Terra Queimada*”.

Acho curioso que o PSD os incomode tanto, não deixa de ser um bom sinal, significa que estamos a fazer um bom trabalho.

Pretendia dar uma palavra ao nosso companheiro e colega da Assembleia Municipal Paulo Valdez. O Sr. Presidente da Assembleia, no início, disse-me que estava reservado um período no final desta Assembleia para isso, mas como todos fizeram essas intervenções neste período, também o farei. Queria enaltecer o trabalho do Paulo Valdez nesta Assembleia, bem como na Câmara Municipal. É uma pessoa que sabe o que é o serviço público, que se dedicou de alma e coração, àquilo que é a defesa do melhor para os setubalenses e fez um bom papel em todos os cargos que exerceu. Além da amizade pessoal que tenho por ele, não queria deixar de mencionar, uma palavra de apreço. Nestes cargos que exercemos, nestas funções temporárias, mesmo numa assembleia que reúne cerca de 5 vezes por ano, também fazemos serviço público. Quero agradecer ao Paulo Valdez todo o trabalho que fez pelos setubalenses.

João Luz (CDU) – Dentro daqueles que há pouco referi, o deputado Paulo Valdez é uma das pessoas que tenho nessa conta, do ponto de vista da seriedade e do trabalho nesta assembleia, tendo acabado a sua intervenção com uma referência a Sá Carneiro, relativamente à política sem ética. Sublinhava essa parte final da sua intervenção para começar aquilo que tenho para dizer.

O deputado Paulo Calado fez um exercício muito interessante daquilo que me parece a tal política com pouca credibilidade. Voltava-lhe a fazer a pergunta que fiz, mas que o senhor deputado não respondeu. Foi aprovada nesta Assembleia, alguma petição? Os senhores escreveram em todo o lado: “*Aprovada petição na Assembleia Municipal*”. A pergunta que lhe fiz é simples, não é nada de extraordinário, apenas se foi ou não aprovada uma petição nesta assembleia. É preciso ler o texto, porque não há nenhuma recomendação aprovada, o que há é a remição duma petição que foi entregue à Assembleia para outro órgão.

Relativamente ao número de assinaturas. Reunimos a Comissão de Administração e Finanças, ouvindo o primeiro promotor dessa petição, o Sr. Nuno Carvalho, discutimos vários temas, entre eles a questão do número de peticionários e uma das coisas que o Sr. Nuno Carvalho colocou nessa reunião, onde esteve presente o Sr. Deputado Paulo Valdez que não me deixará mentir, foi que ele próprio sabia enquanto promotor, que aquilo que eram os números de petição que valiam para todos os efeitos, eram apenas as pessoas que tinham assinado presencialmente a petição e que não contava com os tais números de peticionários que subscreveram a petição por via da internet.

MP

Os senhores continuam na prática a falar de outros números, dos tais 5.500. Não me interessa a discussão dos números, valem o que valem, acho a iniciativa da petição muito interessante, trazer as pessoas para a discussão da vida política local.

A questão de fundo é reafirmar esta pergunta: “Foi ou não aprovada nesta assembleia uma petição?”

Presidente da Mesa – O Sr. Deputado João Luz fez uma pergunta que não vai obter resposta, porque não vou dar a palavra a mais ninguém, além do Sr. Deputado Joel Marques que está inscrito e que é o último inscrito.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Desculpe interromper Sr. Presidente, mas eu tenho direito a responder a esta pergunta, pelo menos em público, apesar de se poder responder em privado. O senhor deputado está confuso e não consegue perceber uma coisa simples, mas acho que tenho direito a responder.

Presidente da Mesa – Sr. Deputado Joel Marques tem a palavra. Desculpe Sr. Deputado Paulo Calado.

Joel Marques (PS) – Agradecer ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, o facto de ter tentado responder às questões que eu coloquei, não ao Sr. Presidente da Assembleia da União de Freguesias, porque isso tê-las ia colocado na Assembleia de Freguesia, mas coloquei aqui ao executivo camarário.

Dizer também ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, que era o que mais faltava o Sr. Presidente querer dizer a qualquer deputado desta assembleia, quais as questões que devem ou não colocar. Era o que mais falta!

Não sei se o Sr. Presidente da Junta tem conhecimento total do processo ou não, mas já em 21 de julho de 2016, informava a Águas do Sado aos moradores, que a execução da obra competia à Câmara Municipal de Setúbal. Não estamos a falar dos custos da obra, mas da sua execução. A minha questão dirigida ao executivo, para que não restem dúvidas, faz sentido na sequência daquilo que é a resposta da Águas do Sado aos moradores.

Questionar também o Sr. Presidente, se tem memória de ter reunido com os moradores, em junho de 2015 e não em 2017, relativamente à questão do caminho e do asfalto? Reuniu em junho de 2015, em 9 de outubro reuniu novamente, a 19 de fevereiro de 2016 a União de Freguesias de Setúbal remeteu para o Gabinete de Apoio às Freguesias o processo relativo ao arranjo do caminho, tendo dado a indicação que em 2015, na reunião entre o Presidente da União de Freguesias e os moradores, já havia orçamento disponível para fazer a obra.

Gostaria de questionar o Sr. Presidente da Junta, mas já sei que não terá oportunidade de responder infelizmente, porque é esse o entendimento de quem conduz os trabalhos, mas fica a questão para que todos nós atentemos nisto. O Sr. Presidente da União de Freguesias que faz aqui uma intervenção inflamada sobre o local correto para colocar as questões e sobre os “timings” exatos em que as conversas foram ou não tidas, nos vem aqui dizer que há uma conversa sobre um caminho, em 2017 e que em 17 de outubro de 2015 garantiu aos moradores que já havia orçamento para fazer a obra.

b) Intervenção do Executivo

Carlos Rabaçal (Vereador) – Dado o adiantar da hora vou tentar responder com a maior brevidade possível às questões colocadas. Há muita coisa que gostaria de abordar, mas não

vou entrar na discussão eleitoral que se está a fazer atualmente e vou passar por cima de algumas afirmações, alguns termos e por algumas adjetivações.

Em relação à questão da Estrada de Palmela informo os senhores deputados municipais que combinámos com os comerciantes e com a Sra. Presidente fazer uma reunião na segunda-feira às 08h00, para avaliar a situação, tendo em conta que são os mais diretamente atingidos pelas vicissitudes daquela obra.

Aquela obra é uma das duzentas e muitas que temos em curso. Estão sempre a iniciar obras e a concluir obras. Terça-feira iniciamos uma obra na Rua do Bem Estar, temos outras obras que estão a meio da sua execução e temos obras projetadas para o próximo mandato, que já orçam os cerca de dez milhões de euros. O processo das obras é muito vasto e muito complexo, que em geral tem corrido muito bem.

Não estamos a fazer inaugurações de obras, no mandato passado fizemos trinta obras que não inaugurámos, sendo uma delas no valor de um milhão de euros, que foi a ETAR da Aldeia Grande. As obras estão a acontecer todos os dias e a concluírem-se todos os dias. Ainda na passada reunião de câmara abrimos uma obra de grande importância, que vai ter uma grande relevância para a nossa comunidade, a requalificação de todo o bairro das Manteigadas, que engloba cerca de 19 prédios.

Queria que ficasse claro, que nós estamos a trabalhar na qualificação de todo o território, em articulação profunda com todos os presidentes de junta, por isso é possível aos presidentes de junta falarem desta forma das obras municipais, porque sabem tudo, não há uma obra a acontecer numa freguesia que não seja discutida com um presidente de junta, porque consideramos que isto é a forma correta de trabalhar.

O trabalho tem sido vasto em todo o concelho e algumas obras mais volumosas neste mandato são exatamente nas chamadas periferias, porque os grandes emissários deveriam ter sido feitos na altura em que foi feita a ETAR. Vamos arrancar entre outubro/novembro com o segundo emissário dos Ciprestes, com a central elevatória dos Combatentes, que não avançou agora exatamente para evitar perturbações e avançar com obras diferenciadas no tempo. Temos no terreno uma obra perturbadora na Estrada de Palmela, está a decorrer outra na rotunda do hospital, mas como o espaço é gigantesco não tem nenhum constrangimento especial em gerir a mobilidade do trânsito.

Algumas obras demoram mais tempo e são mais complexas, porque todas as intervenções que estamos a fazer nos arruamentos invariavelmente intervêm nos pluviais, nos domésticos ou no abastecimento de água, conforme as necessidades e em geral há sempre necessidade desse tipo e intervenção.

No caso da rede viária, temos cerca de duas mil e vinte ruas requalificadas e quando a CDU ganhou a câmara tínhamos cerca de quinhentas ruas de terra batida, agora temos apenas oitenta ruas de terra batida. Isto é obra! Isto é muito trabalho, que tem sido feito em todo o território. O embelezamento do centro da cidade neste mandato custou uma das obras de grande saneamento da chamada periferia, excluindo a obra da pousada da juventude. Certamente que não estão informados da dimensão da intervenção que está a acontecer em todo o território.

A obra da Estrada de Palmela não está em obra desde junho, os promotores tinham pensado em iniciar a obra antes de junho e acabar em junho, mas por atraso do próprio promotor começaram a obra em julho/agosto.

A capacidade de intervenção da câmara é muito grande, mas também tem limitações. Cada obra tem obrigatoriamente um dono de obra, um diretor técnico, um diretor de segurança e uma fiscalização que é obrigatória, no caso desta obra a câmara acompanha estes técnicos, mas não faz a segurança, a fiscalização nem é da sua responsabilidade a direção técnica, é da responsabilidade do promotor contratar uma empresa para essa especificidade.

18

Aquilo que fizemos com as obras do Alegro e muitas outras obras, sempre que há promotores envolvidos, utilizamos o valor das taxas obrigatórias que devem ser pagas pelos promotores e que são receita municipal, em vez de receber o dinheiro a câmara articula com o promotor, para que sejam eles a fazer as infraestruturas. Isso tem vantagens múltiplas, o dinheiro é transformado em obra e não há o risco de ser desviado para outra coisa, tal como aconteceu aqui durante décadas. Assim as obras saem muito mais baratas, conseguimos fazer muito mais com o mesmo dinheiro e fazemos muito mais rapidamente, porque o promotor contrata a empresa mais rapidamente. Se aquela obra de infraestruturas fosse feita pela câmara, certamente que ainda nem sequer tinha começado, porque obrigatoriamente teríamos que lançar um concurso público, para além de uma série de burocracias inerentes. Por essa razão tem sido possível fazer um conjunto de obras no nosso concelho com alguma velocidade, até surpreendente para muita gente. Todas as obras são feitas assim e é uma forma adequada de o fazer para quem quer utilizar todas as taxas urbanísticas em intervenção urbanística. Tem sido essa a lógica que temos desenvolvido e que tem sido conduzida pelo Vice-presidente André Martins, que introduziu esta lógica numa forma muito forte em todo o concelho.

Há um tempo próprio para conversar com o empreiteiro e há o tempo de intervir legalmente sobre o empreiteiro, tudo tem o seu tempo. Estamos a fazer um esforço muito grande e parece-me que os comerciantes ficaram mais satisfeitos dos que os senhores deputados, uma vez que a preocupação deles está contida no essencial, porque vamos analisar os prejuízos e o andamento da obra de uma forma mais eficaz. Todos pretendemos que aquela obra corra bem, que aquela zona fique qualificada, quando estava sempre sujeita a inundações permanentes. Uma das razões do atraso da obra foi uma intervenção para eliminar as inundações naquele espaço, porque todos sabem que quando há chuvadas fortes inundam a Estrada de Palmela, mas a partir de agora vai passar a não inundar. Há várias coisas que estão envolvidas em todo aquele processo, além da instalação do equipamento e outros aspetos de qualificação de toda aquela zona, além da rotunda que vai permitir fazer uma ligação e completar a ligação de rotundas que permite quebrar aquele muro que existia, transformando-a numa via urbana em franca mobilidade. É neste contexto que as coisas se colocam. Dia 29 é o limite que está colocado, nós estamos em cima da obra, vamos discutir com os moradores tal como referi na minha anterior intervenção.

Em relação às questões colocadas com Azeitão, a Sra. Presidente da Junta respondeu. Talvez nunca se tenha feito tanto em Azeitão como neste último mandato, quer em infraestruturas, quer em outras atividades de intervenção.

Ainda há coisas que fazer? Pois há! Em Azeitão ainda há algumas ruas para resolver o problema da falta de asfaltamento.

Para garantir a ligação de esgotos das aldeias da Piedade, da Portela e de S. Pedro, criou-se um emissário, que vai poder ligar todos os esgotos à ETAR da Quinta do Conde, sem esse emissário a ligação de esgotos é “treta”, porque não há forma de ligar à ETAR de Setúbal, coisa que não foi feita na altura quando houve milhões para o saneamento básico.

Em relação à questão escolar, não conheço o problema que o senhor deputado colocou, mas vou ver o que se passou e tomei nota para poder esclarecer esse assunto rapidamente. Julguei que iria falar das obras que estão em curso em todas as escolas do concelho, no quadro comunitário 2020. A primeira fase está concluída e haverá uma segunda e terceira fases, referente aos arranjos dos espaços exteriores, aos telhados que tinham amianto, ao conforto térmico, à recuperação de copas, etc. Esta informação far-lhe-ei chegar logo que possível.

Houve uma questão lateral sobre a limpeza. Gostaria de convidar toda a Assembleia a visitar a Bela Vista, porque há muita conversa de quem não põe lá os pés, há muito tempo e não percebe o que lá se passa. Era útil uma visita guiada à Bela Vista de todos os eleitos, para perceber o que se está a passar com os moradores. Vendo tudo o que foi feito até agora, vendo

o ponto de partida da nossa intervenção em que arrancámos há cinco anos atrás e verificando o que falta fazer. Para além da limpeza vamos fazer um projeto de requalificação de todos os edifícios de todos bairros municipais. Em relação há limpeza há uma coisa muito interessante que foi resolvida, quer na Bela Vista quer na Alameda das Palmeiras, em cooperação com os moradores, criamos equipas comunitárias de higiene urbana. Trata-se de moradores contratados, que fazem a limpeza e neste momento a limpeza daqueles bairros é a melhor, na história dos bairros, porque as pessoas respeitam os seus vizinhos que estão a limpar. Nunca a junta, nem as empresas conseguiram ter aquele espaço em condições e hoje as coisas estão com outro figurino.

Em relação à Rasca, o presidente da junta explicou muito bem. Há um procedimento contratual em curso para resolver aquele problema. Aquilo teve uma solução imediata, aparentemente rápida. A Águas do Sado foi fazer uma peritagem à rede e concluiu que a rede não aguentava a pressão do hidropressor que pretendíamos colocar. Colocávamos o hidropressor com maior potencia e a rede rebentava, por isso foi feito um projeto para a requalificação da rede e foi isso que levou um certo atraso de todo o processo. Essa área não era uma prioridade para a Águas do Sado. É necessário perceber que existe um Plano Bienal que tem uma lógica de intervenção nas urbanizações de maior concentração, seguindo depois para as de menor concentração. Discutimos com eles e asseguramos que esta situação concreta, pela gravidade da situação que se estava a gerar, se tornou prioritário, não pela densidade, mas pela necessidade de garantir o abastecimento de água com qualidade, o que não estava a existir. Há um processo de contratação para resolver aquele problema rapidamente com a Águas do Sado. Temos uma relação muito fácil com os moradores do Vale da Rasca e tudo aquilo que vos estou a dizer também já o fizemos junto dos moradores.

Uma questão levantada pela deputada Rosário Amaral sobre situações menos bem trabalhadas no Bairro Santos Nicolau. Temos o município cheio de “tesourinhos deprimentes” no urbanismo durante décadas, zonas que ficaram por resolver urbanisticamente. Temos vindo a resolver dezenas dessas situações, com 40, 50 e até 60 anos de coisas inacreditáveis, que não fazem sentido. A rua em que a deputada referiu, a Rua I, do Bairro Barreto teve uma intervenção profunda de infraestruturas e pavimentação que está quase concluída, também fizemos uma intervenção na Rua Moinho do Frade e estamos a intervir na Rua Gomes Cardim, na realidade estamos a fazer um plano de ataque, sendo que, só em S. Sebastião são cerca de vinte intervenções, para resolver rapidamente esses “tesourinhos deprimentes”. Temos uma situação que pretendíamos fechar, mas não estamos a conseguir que é a Azinhaga dos Espanhóis, mas vamos avançar com as demolições dentro em breve. É uma tarefa ciclópica tentar resolver os buracos urbanísticos que temos, que são pequenas ilhas que ficaram por resolver e alguém tem que resolver e somos nós que temos estado a fazer. Temos um arquiteto paisagista que tem em carteira 150 projetos de requalificação desse “tesourinhos deprimentes”, dos quais 50 projetos já estão concluídos. O problema ainda existe, mas estamos a tentar atacar essa matéria.

Em relação às questões relacionadas com a Av. Álvaro Cunhal e a ciclovia. Está prevista a ciclovia do lado do passeio que ainda não existe, foi a solução que encontramos, no entanto aquele espaço está dependente da urbanização que ali vai nascer, significa que não vamos criar um passeio definitivo e uma ciclovia definitiva, para ser destruída quando houver uma intervenção urbanística. A solução que criamos para aquela zona foi a colocação de árvores e no chão colocámos aquele produto, que não é propriamente um passeio, mas apenas um remate.

Estará de acordo que a Av. Álvaro Cunhal sofreu uma alteração bastante positiva?

Alguém disse: “Nós temos muita experiência de obras de fachada”. Eu não tenho nenhuma experiência de obras de fachada, quem as têm que lhe faça bom proveito.

Quanto à capela, o melhor é irmos lá todos rezar, porque aquilo está difícil. Pressionamos o promotor que teve dificuldades financeiras gravíssimas, ele finalmente decidiu avançar com uma obra, colocou um andaime e disse que iria avançar sem que tivesse apresentado o projeto, as condições da obra, o plano de segurança e toda a documentação que o promotor tem que habitualmente entregar sempre que faz uma obra. É evidente que o promotor sabe perfeitamente isso, foi intimado formalmente a dar andamento ao processo. O promotor colocou um andaime, porque decidiu fazer qualquer coisa que nós desconhecemos e ele não pode fazer sem a aprovação da Câmara. Significa que a Câmara tem que inicialmente aprovar e só depois é que ele poderá executar a obra. O promotor finalmente entregou uma parte substantiva dos documentos, vamos ver se agora conseguimos fechar aquele processo que já é longo. O processo é de 2010, com o mesmo promotor que fez o forno crematório e o pirolítico, que só o terá concluído em 2014. Trata-se de uma história muito difícil, que já esteve quase a cair, mesmo o próprio crematório esteve nos limites dos limites de se fazer. Tenhamos alguma confiança que a coisa vai ao sítio.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Foram apresentadas duas moções sendo uma primeira subscrita pela bancada da CDU intitulada “*Moção de solidariedade com a luta dos trabalhadores da Autoeuropa*” e a segunda moção é subscrita pela bancada do Partido Social Democrata e CDS sem título

Jerónimo Lopes (CDU) – Leu a seguinte moção, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“MOÇÃO de Solidariedade com a luta dos trabalhadores da Autoeuropa

A Autoeuropa é uma importante empresa do sector industrial, com um elevado número de trabalhadores e um grande peso na economia nacional, particularmente nos Concelhos de Palmela e Setúbal.

Os Trabalhadores da Autoeuropa sempre defenderam os seus interesses, e em diversos processos de negociação verificados ao longo dos anos, recorreram a tomadas de posição e formas de luta que travaram ou fizeram recuar medidas que sentiam atingir os seus direitos.

Mais uma vez essa intervenção se verifica, perante uma proposta de alteração dos horários de trabalho, questão particularmente sensível, uma vez que afeta a possibilidade dos Trabalhadores continuarem a ter direito ao fim de semana.

A proposta da Administração não garante o sábado como dia de descanso e apenas permite que os Trabalhadores tenham um fim-de-semana seguido de seis em seis semanas.

Na Autoeuropa o trabalho efetuado aos sábados, domingos e feriados foi sempre considerado como trabalho extraordinário e pago como tal. É por isso natural que os Trabalhadores tomem posição sobre esta questão e defendam os seus direitos. É isto que está em causa e cabe aos Trabalhadores e às suas organizações representativas definir as suas posições e formas de luta, como se verificou com os plenários realizados e com a adesão massiva à greve do passado dia 30 de Agosto.

Tal como os Trabalhadores têm afirmado, é necessário encontrar soluções que permitam responder à defesa dos seus direitos e ao desenvolvimento da produção nesta empresa. A greve é o resultado da falta de sensibilidade e de maneabilidade da Administração para, ao longo dos tempos, ir ao encontro de alertas e propostas dos Trabalhadores.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 22 de Setembro de 2017, manifesta a sua total solidariedade para com a luta dos Trabalhadores da Autoeuropa, contra a alteração dos horários de trabalho, pois esta atinge os seus direitos e prejudica a sua organização da vida pessoal e familiar.”.

Manuel Fernandes (PS) – A Autoeuropa é um centro industrial de enorme importância não só para a economia nacional, mas sobretudo para os concelhos da península de Setúbal e alguns até mesmo fora da península de Setúbal, porque empregam muita gente da região, muita gente fora do concelho de Palmela e é uma das principais responsáveis pela redução do desemprego ocorrido no concelho de Setúbal nos últimos anos. O centro fabril da AutoEuropa tem uma enorme importância para Setúbal e é legítimo e justo que a Assembleia Municipal de Setúbal se pronuncie em relação a esta matéria. Em relação aos considerandos é uma matéria consensual, não há qualquer dúvida, os trabalhadores sempre defenderam os seus interesses e sempre souberam fazê-lo, por isso é natural que tomem posição tal como sempre tomaram no passado. É necessário encontrar soluções tal como os trabalhadores encontraram no passado. Os considerandos não trazem nada, a não ser o consenso.

Em relação à matéria deliberatória, atualmente o ponto de situação da Autoeuropa é o espaço há negociação, na realidade aquilo que existe atualmente é um período de efetivação em relação à formação da Comissão de Trabalhadores. Toda a gente sabe que existe um vazio com aquele que tem sido o interlocutor privilegiado pelos trabalhadores na Autoeuropa. Tem existido um entendimento, há mais de duas décadas, desde o início da Autoeuropa, em relação a esta matéria e tem sido a Comissão de Trabalhadores a representante dos trabalhadores, que é eleita para negociar com as administrações. Tem havido um vazio, está-se naquele período em que se espera a formação de uma nova Comissão de Trabalhadores para voltar a sentar-se à mesa e voltar ao diálogo. Sendo assim não será muito apropriado nesta altura tomar uma posição antes desse diálogo, antes desses proveitos, até mesmo, porque podíamos estar aqui a tomar uma posição contrária àquilo que poderá ser efetivamente a solução encontrada em negociações. Corria-se esse risco. As negociações servem para se chegar a acordos. Não sei se alguém está habituado a tomar posição ou decisões por aqueles que estão na mesa das negociações, mas eu não vejo as coisas assim, aqueles que estão à mesa das negociações é que tomam essas decisões, esses é que entram em diálogo, esses é que encontram as melhores soluções em diálogo e esse diálogo está para ocorrer, se nos anteciparmos agora será um bocado extemporâneo. Dado este ponto de situação, penso que não há necessidade de nos precipitar e a bancada do Partido Socialista ir-se-á abster nesta matéria.

Jerónimo Lopes (CDU) – Não posso deixar de manifestar esta estranheza, relativamente à intervenção da bancada do Partido Socialista e ao seu sentido de voto. Não sei como é que se desfaz este nó de dizer: *“Nós estamos solidários, isto é tudo consensual, mas não manifestamos a solidariedade”*. É muito estranho!

Há um processo negocial que está em aberto, há várias ações que já foram desenvolvidos e seguramente que nesse processo faz todo o sentido que os trabalhadores da Autoeuropa, muitos dos quais de Setúbal, sintam que um órgão eleito do município, que também os representa, que está solidário com essa luta, principalmente quando dizemos: *“Sim, é consensual aquilo que levantam”*.

Dizer que a organização deles está a agir de forma correta, porque mobilizaram-se, discutiram, decidiram, deliberaram de forma correta, e depois *“mas nós não manifestamos a solidariedade e abstemo-nos”*. Enfim!

MS

Manuel Fernandes (PS) – Como não ficou entendido, para esclarecer que a posição do Partido Socialista prendesse pelo facto de que na parte deliberatória está tomado uma decisão que é: *“Assim a Assembleia Municipal de Setúbal, contra a alteração dos horários de trabalho”*. Sei que o Senhor Deputado possivelmente está habituado a decidir por outros. Mas não é isso que se passa, nós damos espaço à negociação efetiva, devemos esperar pelos resultados e depois se o entender pode-se pronunciar, mas agora devemos dar espaço à negociação. Aquilo que nós temos é a matéria deliberatória, que está explícita: *“Assim, em Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 22 de Setembro de 2017, manifesta a sua total solidariedade com a luta dos trabalhadores da Autoeuropa, contra a alteração dos horários de trabalho”*.

Senhor Deputado, se houver um acordo em relação a alteração dos horários de trabalho mediante determinado pagamento, o Senhor Deputado está contra a deliberação que foi tomada em diálogo?

É isso que se trata senhor deputado, é isso que está aqui escrito!

Se o senhor deputado não quer escrever isto, então tem que alterar a redação, porque é isto que está aqui escrito. Ou o senhor deputado diz diretamente que quer estar solidário com os trabalhadores da Autoeuropa e não solidário com a decisão. O senhor deputado não pode estar solidário com a decisão.

Está escrito, eu vou reler ...

Jerónimo Lopes (CDU) – Eu explico, com certeza que temos aqui algum problema temporário de interpretação.

Presidente da Mesa – O entendimento do senhor deputado Manuel Fernandes, é que o que está escrito é equívoco e pode-se entender de uma maneira diferente, eu agradeço ao senhor deputado Jerónimo Lopes que esclareça o verdadeiro sentido daquilo que está escrito na sua opinião.

Jerónimo Lopes (CDU) – É com certeza algum problema de disfunção cognitiva temporária e não tenho dúvidas que será ultrapassado e é simples de recordar. Contra a alteração dos horários de trabalho estão pelo menos os 72% de trabalhadores da Autoeuropa que o fizeram em referendo e a adesão massiva que promoveram à greve. Nós só estamos solidários e é isso que aqui está. Quem está contra e está num processo negocial, são os trabalhadores da Autoeuropa, por vontade própria, eventualmente contra a vontade de outros, mas por vontade própria. Nós aqui apenas manifestamos e é isso que aqui está e não há outra interpretação possível, apenas manifestamos a solidariedade. Se os senhores não o quiserem estar, apesar de o dizerem, ficará no vosso sentido de voto. Senhor Presidente peço que ponha à votação por favor.

Manuel Esteves (PS) – Perguntava ao senhor Jerónimo se ele tem conhecimento geral daquilo que se passa na Autoeuropa?

Se tem, então explique melhor!

Esta moção de solidariedade que se estás aqui a aprovar, é uma coisa que não vai ter fundamento nenhum, para com aquilo que se passa na Autoeuropa. Sabe porquê? Porque os alemães não negociam com os sindicatos nem com a CGTP.

Enquanto não houver uma Comissão de Trabalhadores na Autoeuropa, não vai haver entendimento algum e nós estamos aqui a tratar de problemas de pessoas que estão alheias a esta realidade.

1708

Tenho lá o meu irmão, o meu genro e uma série de pessoas conhecidas que conhecem aquilo muito melhor do que você senhor deputado. Eles foram dos primeiros a ir trabalhar para a Autoeuropa.

Não é sério o que se está aqui a dizer.

A primeira vez que houve uma greve foi quando o Partido Comunista e a Intersindical entrou dentro daquilo. Está a perceber?

Tinha que lhe dizer aqui, para não ficar engasgado!

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, sendo 19 da CDU, 3 do BE e 1 de AC, 10 abstenções do PS e 5 votos contra do PSD/CDS.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O CDS e PSD votaram contra esta moção, porquanto consideramos a mesma extemporânea. Não está em causa o respeito que é óbvio que temos, quer pelos trabalhadores quer pelo respeito que temos pelo direito à greve, mas entendemos que esta moção não faz a valorização necessária e devida da concertação social e da necessidade de haver responsabilidade de diálogo nessa mesma concertação para poder chegar a bom porto, um acordo que satisfaça todas as partes.*

Não acreditamos em órgãos de carácter político que possam condenar opções de uma empresa privada, que legitimamente erradas ou certas são tomadas e que seguramente merecerão a discordância que também é legítima da parte dos trabalhadores, mas que os quais não deve ter o cariz político que qualquer condenação, num sentido ou noutro, desta assembleia teria.

Apelamos, isso sim, à concertação, à responsabilidade ao diálogo, porquanto importância da Autoeuropa para o concelho, para o distrito, para o país, é demasiado importante para que possa qualquer outro tipo de interesses, sejam eles quais forem, vindo de quem vier, ainda que porventura legítimos, de alguma forma pôr em causa milhares de postos de trabalho que direta ou indiretamente são criados no Norte da Europa, por isso, votamos contra.”

Paulo Calado (PSD/CDS-PP) – Leu a seguinte recomendação, conforme documento registado sob o n.º 16 e arquivada em pasta anexa à presente ata.

“Recomendação

CONSIDERANDO:

- a) *Que a Câmara Municipal de Setúbal aprovou, com o voto contra do PSD/CDS-PP e PS, na reunião de 06/04/2016 o concurso público para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública, na cidade de Setúbal – Deliberação n.º 106/16 (proposta n.º 27/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP);*
- b) *Que este concurso prevê a cobrança por estacionamento em zonas como a Avenida Dr. António Rodrigues Manito, Bairro do Liceu, Bairro Salgado, Fonte Nova, zona envolvente do estádio do Bonfim, da Escola Secundária de Bocage, da Escola Secundária Sebastião da Gama e do Parque Bonfim, entre outras;*
- c) *Que para essas zonas há um aumento que atinge os 5.000 lugares de estacionamento, com regras que atribuem ao concessionário lugares adicionais por cada dístico de residente atribuído, o que aumenta significativamente o número de lugares tarifados;*

- d) *Que o aumento de lugares de estacionamento tarifados e de zonas de estacionamento pago não é acompanhado de estratégias sustentadas para a proteção da situação dos residentes e dos comerciantes.*
- e) *Que este aumento da área de estacionamento é agravado pela prática de preços elevados que prejudicam quem vive e trabalha na cidade;*
- f) *Que esta proposta de concurso público foi retirada na Assembleia Municipal, na reunião de 29/04/2016, não tendo sido sujeita a votação;*
- g) *Que a decisão de retirada da proposta é posterior à realização de uma petição pública contra o aumento do estacionamento pago em Setúbal, que reuniu mais de 3.000 assinaturas de cidadãos setubalenses;*
- h) *Que uma política de mobilidade sustentável, justa e equilibrada requer uma abordagem integrada de todos os tipos (público e particular) e meios de transportes (rodoviário, ferroviário, fluvial), sendo que o estacionamento deve ser apenas uma parte de uma verdadeira estratégia concertada;*
- i) *Que, apesar de a proposta ter sido retirada na reunião da Assembleia Municipal referida na alínea f), esta nunca foi revogada pela Câmara Municipal de Setúbal;*
- j) *Que esta situação permite à Câmara Municipal de Setúbal colocar à votação na Assembleia Municipal exatamente a mesma proposta, a qualquer momento;*
- k) *Que à petição pública entregue na Assembleia Municipal e à exigência dos cidadãos de uma política de mobilidade mais justa e igual deve corresponder uma reforma profunda na abordagem do Município aos seus planos de mobilidade;*
- l) *Que se deve investir na mobilidade ciclável, garantindo mais vias contínuas e seguras para bicicletas e garantindo uma cidade mais sustentável e com condições de harmonia urbanística;*
- m) *Que as mudanças necessárias à mobilidade em Setúbal exigem obras de verdadeira necessidade e realizadas segundo critérios de utilidade pública, eficiência económica e transparência;*
- n) *Que, no que respeita a estacionamento pago, é imperativo que exista estacionamento exclusivo para residentes sem custos;*
- o) *Que, ainda no que respeita a estacionamento pago, é necessário um investimento em infraestruturas de estacionamento de automóveis, nomeadamente em zonas de grande procura;*
- p) *Que esta abordagem apenas se fará na base do diálogo com os agentes políticos, económicos e sociais do concelho;*
- q) *Que a manutenção da proposta de concurso público impede esse diálogo, porque o aprisiona às regras propostas e aprovadas na reunião de Câmara referida na alínea a);*
- r) *Que na reunião da Câmara Municipal de Setúbal de 23/08/2017, o Vice-Presidente do executivo, Vereador André Martins, afirmou sobre o aumento do estacionamento pago que “existe um regulamento que foi assumido pela atual maioria com a população e estamos a cumpri-lo. Nesse sentido apresentou à Câmara e à Assembleia Municipal um regulamento que dá abertura para o futuro executivo possa decidir sobre o estacionamento.”;*
- s) *Que essas intenções estão vertidas na deliberação referida em a) que, até hoje, não foi revogada pela Câmara Municipal;*

- t) *Que a situação descrita resulta na manutenção de um estado de incerteza quanto à possibilidade do aumento da área de estacionamento pago, em desrespeito à vontade dos municípios que, em tempo, se manifestaram contra esta decisão.*

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 22 de setembro de 2017, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Setúbal a revogação da deliberação n.º 106/2016, que aprova o concurso público para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública, na cidade de Setúbal - proposta n.º 27/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP, aprovada na sua reunião de 06/04/2016.”.

Nuno Marques (CDU) – Percebemos que esta proposta se enquadra nesta estranha estratégia do PSD, neste contexto de eleições autárquicas e que isto poderá merecer outro tipo de “coelho a sair da cartola”. Os considerandos desta proposta têm várias imprecisões, vários outros elementos que não correspondem à verdade e revelam sobretudo um profundo desconhecimento, quer do Regulamento Municipal de Estacionamento Público do Município de Setúbal, quer do Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal, ambos foram alvo de ampla discussão pública, incluindo a dos eleitos municipais. É estranho que não estejam vertidos na recomendação, podiam-se ter atalhado alguns disparates pelo meio.

Uma vez que se tratava de uma deliberação da câmara e tendo o PSD representação na Câmara Municipal, porque é que não levou esta proposta a esse órgão e a traz à Assembleia Municipal, onde isto nunca foi discutido?

É nosso entendimento que esta proposta aprovada na Câmara Municipal e que não chegou a ser discutida na Assembleia Municipal, perde o efeito, perde a validade no final do presente mandato. Salvo melhor apreciação jurídica e na bancada proponente há vários juristas, é esta a nossa opinião, porque esta proposta sessado o mandato deixa de existir. Consideramos por isso que esta recomendação é profundamente inócua, mais que não fosse, até porque, estamos mesmo em final de mandato, estão todos a cessar funções.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Para uma correção do ponto de vista jurídica. Posso até fazer um esforço de tentar perceber o que é que o Senhor Deputado Nuno Marques, leia-se e entenda-se que o que está a dizer, é que haverá eleições, poderá haver outro executivo e esse outro executivo poderá decidir de maneira diferente, assim estamos de acordo, mas não estamos de acordo quanto ao conteúdo, estamos de acordo quanto àquilo que juridicamente se passa. Que fique claro, que se não for alterada, se não for revogada esta decisão, é o princípio da continuidade das instituições e no princípio geral de direito ela certamente terá efeitos. Talvez o que o senhor deputado queira dizer, é que o futuro executivo decidirá no sentido do outro executivo. Outra coisa é o senhor deputado dizer que, de alguma forma esta recomendação é extemporânea, porque que cai no dia 1 de Outubro, caso contrário cairiam todas as decisões e isso seria impensável ingovernável, as boas, as más, as menos boas, as ótimas e as péssimas que entretanto foram tomadas pelo executivo. Era só essa a precisão, não vale a pena estar a prolongar mais a discussão, mas é importante que ficasse em ata.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, sendo 19 da CDU e 1 de AC, e 18 votos a favor, sendo 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE.

Presidente da Mesa – Passa da uma hora da manhã e como é habitual, ponho a pergunta à assembleia se devemos continuar os trabalhos, não se interromper e passar à ordem do dia ou

se consideram que, dado o adiantado da hora é preferível marcarmos uma outra reunião desta mesma sessão para a discutir aquilo que falta?

Nuno Marques (CDU) – Estando esta sessão a decorrer numa sexta-feira, amanhã é fim-de-semana, a decorrer noutro dia seria num dia de semana que é muito mais complicado para a maioria das pessoas, que têm que trabalhar e decorrendo durante a próxima semana no período de campanha eleitoral, que naturalmente vai envolver a totalidade ou a maioria dos eleitos desta assembleia, a nossa opinião é que devemos levar esta sessão até ao final.

Presidente da Mesa – Posso concluir que estamos de acordo em continuar os trabalhos? Vamos entrar na ordem do dia.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de junho, julho e agosto de 2017

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

2. Apreciação e discussão do Relatório da Mesa sobre o Período de Antes da Ordem do Dia

O Relatório da Mesa sobre o PAOD constitui o documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Carminda Ferreira (PS) – Só o nosso estimado Secretário da Mesa Alberto Sousa Pereira, com o seu amor à história para se lançar neste empreendimento de criar uma verdadeira “*monumenta histórica*” (passo o latim), sobre o período de antes da ordem do dia, que poderá ser útil na condução de sessões futuras. Daria 20, se não tivesse um pequeno reparo a fazer. O número de intervenções sobre o processo de aquisição de combustível não foi de quatro, como é referido na tabela da página oito, mas é muito superior. Como sabemos desde o início de 2016, em todas as sessões fazemos a mesma pergunta, “*Porque é que o processo de aquisição de 1.600 mil litros de combustível foi retirado, sem que o Tribunal de Contas, visse respondidas as questões que colocou?*” Tanto que este número não corresponde à verdade que já na ata n.º 6 de 2016, refiro que é a quinta vez que fazemos este pedido. Para obtermos um número correto bastará somar todas as sessões de 2016, mais as de 2017.

Deixaria uma pequena sugestão, porque não incluir uma tabela neste trabalho, que está tão exaustivo, com um número de requerimentos e questões que não foram respondidos pelo executivo. Há assuntos que ficaram sem resposta, como por exemplo, a falta de sanitários na cidade, o orçamento exíguo para a Biblioteca Municipal mais os quatro polos, que é de seis mil euros, a degradação da casa onde nasceu Luísa Todi, a casa das quatro cabeças que se mantém fechada, a proliferação de barracas nas zonas das hortas urbanas, a proliferação de grafitis, o substancial apoio financeiro à Associação para o Desporto a ONDA, comparativamente com as restantes 28 associações existentes na cidade, o número de trabalhadores a recibos verdes, quantos desempregados prestam serviço ao abrigo do contrato de emprego/inserção através do Centro de Emprego que ficaram a trabalhar efetivamente na

câmara, a falta de saneamento básico na Azinhaga dos Espanhóis que mereceu a intervenção de um residente, o desaparecimento das chaminés das fábricas de conserva, verdadeiros testemunhos históricos da nossa história local.

Foi destacado o número de intervenções que eu fiz sobre a aquisição do combustível, mas isto também pode evidenciar (vou ser suave naquilo que vou dizer) falta de carinho com que o executivo tratou o órgão fiscalizador desta câmara que é a Assembleia Municipal.

Para mim, este é o último mandato por uma decisão pessoal, aproveito para desejar um excelente trabalho a quem vai continuar em prol do desenvolvimento da nossa cidade. Estou certa que é isso que todos nós, sem exceção, queremos uma cidade melhor para que os jovens que partiram na condição de emigrantes possam regressar para terem um melhor futuro. Desejo a todos as maiores felicidades, quer fiquem quer saiam como é o meu caso.

Presidente de Mesa – Muito obrigado Senhora Deputada pela sua contribuição para a perfeição de um futuro relatório, se é que a próxima Mesa entenda fazê-lo, incluindo dados estatísticos que têm interesse e são importantes.

3. Apreciação do Acórdão do Tribunal de Contas

O Acórdão do Tribunal de Contas constitui o documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Gostaria de saber por parte do executivo, em relação ao acórdão do Tribunal de Contas, que recusa o visto ao empréstimo subjacente ou seja financeiro, se é bastante incisivo na sua recusa. Sei que a Câmara Municipal, como é lógico, recorreu para Pleno, por isso gostaria de saber quais foram os argumentos principais para rebater este acórdão?

O que é que a Câmara Municipal prevê fazer se a recusa do visto para este contrato se mantiver? Porque isso tem implicações sobre os fundos disponíveis na Câmara Municipal. O montante dos 15 milhões, já em 2016, refere o Tribunal de Contas, foram incluídos como recursos disponíveis, mas não se concretizaram. O Tribunal de Contas afirma a certa altura, que duvida muito que em 2017 essa decisão seja tomada. Como o Tribunal de Contas prevê que tal decisão não terá validade em 2017, gostava de saber o que é que a Câmara Municipal prevê para fazer face à não aprovação do contrato?

Pode a decisão só ser tomada em período que já não se tenha validado para a execução orçamental de 2017?

Quais são as medidas que a Câmara Municipal prevê numa situação dessas e as implicações que isso tem na execução orçamental e na situação financeira da câmara?

Manuel Fernandes (PS) – Este acórdão do Tribunal de Contas surge na sequência de um pedido de empréstimo a três instituições bancárias, com um determinado propósito, que é o saneamento financeiro. Na altura quando foi votada esta decisão na reunião de câmara com os vereadores do Partido Socialista tivemos oportunidade de questionar o executivo acerca da necessidade de efetivar este pedido de empréstimo, ao abrigo de um contrato de saneamento financeiro. Foi-nos dito então que havia uma necessidade de recorrer a créditos bancários, nunca assumindo da parte do executivo carências financeiras ou nunca assumindo um problema financeiro. Recorrendo a esta figura do contrato de saneamento financeiro, o Tribunal de Contas fez um sumário muito claro: *“Os empréstimos municipais para saneamento financeiro têm em vista a reprogramação da dívida e consolidação dos passivos*

financeiros” e ainda vai mais longe e diz: “O seu resultado não pode conduzir ao aumento da dívida do município”. Isto é o propósito dos contratos de reequilíbrio financeiro, quando se faz um pedido de contrato de reequilíbrio financeiro terá de ser com este propósito e não outro. Acontece que o Tribunal de Contas, depois dá duas ordens de razões para justificar a recusa efetiva deste pedido de empréstimo. Uma que está plasmada no ponto seis do sumário, que muito resumidamente diz: “No caso em concreto, os elementos do estudo apresentado pela autarquia não indicam insuficiência orçamental ou de indisponibilidades para satisfazer os compromissos existentes”. Por essa razão, não cumpre os requisitos necessários para que se faça um contrato de saneamento financeiro. Se isto não se verifica, tal como foi demonstrado através do plano da autarquia ao Tribunal de Contas, por que razão é que se pede?

O Tribunal de Contas questiona qual é a verdadeira razão, porque por esta razão não poderia ser. Depois dá uma outra justificação no ponto oito, que diz: “*Está ainda em vigor o contrato de reequilíbrio financeiro e essa também é uma das razões segundo a lei*” (daí ser considerado ilegal esse pedido segundo a lei) “*não poder ser feito um pedido de um contrato de saneamento financeiro ao abrigo de ainda estar em vigor o contrato de reequilíbrio financeiro*”. No entanto, o Tribunal de Contas diz ainda uma outra coisa. Das duas razões invocadas, uma pelo município e outra pela lei, aquela que é invocada pelo município, o Tribunal de Contas questiona, dizendo, no ponto sete: “*As faturas emitidas e vencidas posteriormente ao momento legal de referência para o apuramento dívida total do município não podem ser objeto de inclusão no empréstimo*”. Seria esta a verdadeira razão, o facto de ter feito obra e depois à posterior estar a emitir faturas, para pagar obra que já estava feita? O Tribunal de Contas diz: “*Há informações inexatas direcionadas ao Tribunal de Contas feitas através desse plano*”. O Tribunal de Contas entende que existem informações inexatas e não especifica quais, por isso ficamos na expectativa que o executivo nos possa dizer, que tipo de informações é que poderão ser consideradas inexatas pelo Tribunal de Contas.

Na sequência da intervenção do senhor deputado Paulo Valdez também questionar, que razões é que o executivo invocou para pedir explicações acerca desta recusa. Que motivos, que argumentos é que para o executivo contrapôs para contrariar esta recusa?

João Luz (CDU) – Relativamente à apreciação deste acórdão do Tribunal de Contas esta bancada tem manifestado a questão de estarmos a discutir e a apreciar um acórdão recorrido, não transitado em julgado e ainda que seja um exercício válido tem esta limitação de não estarmos perante uma decisão definitiva e aguardamos aquilo que será a decisão do recurso. Nesse sentido limitamo-nos a olhar para aquilo que está neste acórdão e com o qual existe um conjunto de coisas que não estamos de acordo, não deixam de existir algumas questões que nos parecem relevantes. A primeira delas terá sido falha da CDU e da gestão do município, de acordo com este acórdão a CDU não consegue demonstrar a situação de desequilíbrio financeiro do município nem da necessidade de um empréstimo. Isto são palavras dos juizes que estiveram a apreciar aquilo que foi o pedido feito pela Câmara Municipal. Há esta falha, pelo menos para já, que esperamos resolver com o recurso. Não conseguimos demonstrar a tal situação financeira a desequilibrada que tanto temos ouvido.

O senhor deputado Manuel Fernandes faz um exercício extraordinário, referindo que a CDU consegue apresentar na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal um pedido de saneamento financeiro, sem ter assumido que havia um problema financeiro. Só o senhor deputado Manuel Fernandes é que viu isto, mais ninguém viu, é a tal situação do “vídeo-árbitro”. Nós assumimos em todos os momentos o problema financeiro, caso contrário não tínhamos feito proposta de um contrato de saneamento financeiro.

O senhor não viu, são coisas que acontecem!

MR

Na leitura deste acórdão há uma questão que me parece interessante e que é suscitada pela sua leitura, mas curiosamente nenhum dos senhores colocou e que no debate que tem estado a existir das questões autárquicas, no quadro da campanha, ainda não ouvi ninguém colocar, antes pelo contrário, até se tem passado por cima desta situação sem qualquer referencia, relativamente às apreciações que o Tribunal de Contas faz sobre o contrato de reequilíbrio financeiro, a sua vigência e o regime jurídico que lhe é aplicável. Os senhores deputados e os respetivos candidatos à presidência da Câmara, das várias forças políticas, têm em todos os momentos de debate e nas entrevistas afirmado a certeza perentória que é possível baixar o IMI em Setúbal, uma questão que tem sido tratada por todos e que aparentemente só a CDU tem esta dúvida. A leitura deste acórdão do Tribunal de Contas traz-nos algumas questões que eu pensava que os senhores, tendo em conta que fizeram a leitura aprofundada do mesmo, trariam aqui, designadamente naquilo que diz respeito à que o Tribunal de Contas coloca no artigo 86.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e a consideração em que o Tribunal de Contas também não chega à conclusão nenhuma e deixa em aberto nas várias hipóteses, sendo que uma das hipóteses que coloca por mais do que uma vez, para além da consideração que o contrato está vigente e o plano de saneamento também, de onde decorre a necessidade de aplicação de taxas máximas, mas, depois há aqui ainda o regime concreto do contrato de reequilíbrio financeiro celebrado pelo município de Setúbal em 2004 e ainda em vigor. Vale a pena ler os pontos 115 e 116, onde o Tribunal de Contas neste acórdão coloca como hipótese, o facto de este contrato de reequilíbrio financeiro poder ser regido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014. O qual determina que para todas as situações de contratos de reequilíbrio financeiro haja obrigatoriedade de aplicação da taxa máxima de IMI. A questão que colocava aos senhores deputados é a seguinte: Perante esta hipótese de que o Tribunal de Contas abre em diversos momentos neste acórdão, se os senhores deputados mantêm as certezas que têm transmitido ao longo dos últimos tempos, sobre a não imperatividade desta aplicação da taxa máxima de IMI no concelho de Setúbal?

Paulo Valdez (PSD/CDS) – A questão fundamental desta primeira decisão do Tribunal de Contas recusa do visto, para além de questões de matéria legal é uma questão de gestão do fundo, quando refere: *“Deste modo a operação de consolidação e reprogramação de pagamentos a terceiros no montante de 15 milhões de euros, se estará a traduzir na realidade numa fonte de aumento da dívida do município e no empréstimo para financiamento de execução orçamental ao invés de corresponder a um mecanismo de controlo da dívida de saneamento financeiro”*. Este é um aspeto fulcral da minha interpretação. O aspeto fundamental da recusa do Tribunal de Contas é uma questão de gestão financeira da Câmara Municipal. Depois há um conjunto de interpretações da lei que se aplica de não haver novos empréstimos tendo em conta o contrato de reequilíbrio financeiro e outros. O que é que o Tribunal de Contas quer dizer? Quer dizer que a Câmara Municipal está a procurar o saneamento financeiro, que de acordo com as regras da lei não necessitava, apenas tem dívidas antigas que não consegue pagar, porque o sistema de apoios dos fundos comunitários obriga a pagar a quota-parte da Câmara Municipal, quando antigamente ficavam satisfeitos com as faturas e agora terá que ser fatura/recibo, por isso tiveram que avançar com o dinheiro dos pagamentos de todas as obras que foram cofinanciadas pelos fundos europeus e os fornecedores dos serviços correntes ficam para trás. A AMARSUL e outros grandes fornecedores têm milhões de euros de vários anos, e o grande problema da câmara é incapacidade de pagar essas dívidas com uma significativa antiguidade. Como estamos em ano de eleições há que fazer obra e para fazer obra é preciso dinheiro e para haver dinheiro é preciso que alguém empreste o dinheiro, porque a câmara não tem dinheiro. Outra coisa

MD

interessantíssima que vem neste acórdão *“As receitas previsíveis da Câmara são 66 milhões de euros”*. Dizemos há vários anos que a capacidade de arrecadação de receitas da câmara, por mais que IMI esteja no máximo, por mais que os impostos estejam no máximo, o máximo que consegue é 66 milhões de euros e como os orçamentos normalmente rondam os 90 a 100 milhões de euros, significa que é tudo ficção e para cobrir essa ficção é preciso dinheiro, logo é preciso contrair empréstimo. Esse empréstimo tem como objetivo da câmara pagar as dívidas antigas, para depois aumentar as disponibilidades da câmara para contrair novas despesas. Um contrato de saneamento financeiro tem como objetivo melhorar a situação financeira da câmara, mas este não tem, este tem como objetivo pagar as dívidas antigas e libertar dinheiro para contrair novas dívidas. Este é que é o problema fulcral do Tribunal de Contas.

Depois há as questões jurídicas, e legais. O Tribunal de Contas chega ao ponto de comparar as questões com as gerações atuais e as gerações vindouras. O Tribunal de Contas recusou um visto, porque entende e bem, que estamos a permitir maior disponibilidade à câmara para aumentar a sua dívida.

Em relação ao IMI, o Tribunal de Contas como órgão de fiscalização financeira diz algo que não consigo encontrar na lei, mas faz referência que se trata de uma *“Interpretação ampla do n.º 1 do artigo 86º, da Lei do Regime Financeiro...”*. É muito espantosa a preocupação da CDU sobre o rigor no cumprimento nas receitas, o receio de não aplicação da lei ao diminuir por iniciativa do município da taxa do IMI. Nunca vi nenhum problema na Câmara Municipal, nem nas fiscalizações que fizeram, porque a lei apenas refere as derramas. Uma vez ouvi um vereador da CDU dizer que a derrama também se poderia aplicar ao IMI, no entanto, a derrama só se aplica a impostos sobre o rendimento e não a impostos sobre o património.

Este executivo reconheceu em forma de letra de proposta durante dois anos e não cumpriu uma lei da Assembleia da República, sobre o cumprimento dos pagamentos em atraso, só a partir de Maio de 2015 é que passou a cumprir a lei que era de 2013. Não cumpriu e não houve problema nenhum, que eu saiba a Câmara Municipal de Setúbal não foi objeto de nenhum processo sobre esse incumprimento legal. Parece que os senhores só se preocupam no cumprimento da lei, quando somos nós os cidadãos e os contribuintes a pagar. Sempre achei que o ato de decisão sobre o IMI é um ato da governação. Se a governação comunista considera que devemos pagar um IMI no máximo, é uma decisão de quem governa. Assumam e não se escondam atrás do contrato de reequilíbrio financeiro que foi solicitado por vocês, nós apoiámos, mas foi solicitado por vocês e foi concedido por um Governo, que era presidido pelo primeiro-ministro do PSD e a ministra das Finanças também era do PSD.

Era importante saber, e é isso que eu estou à espera que o executivo explique, quais são os argumentos principais que o executivo pôs em causa neste acórdão, que está na sua obrigação de recorrer para o Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas diz uma coisa que é também muito importante, *“O município põe um significativo ênfase na importância de aumentar os fundos disponíveis com base no empréstimo saneamento financeiro, tendo feito de forma ilegal em 2016. De facto, resulta tanto no artigo de 3º alínea f) e v), como artigo 5º, n.º1 do Dec. Lei 127/2012, que o produto dos empréstimos releva para os fundos disponíveis de uma entidade apenas, quando eles sejam contraídos nos termos da lei, o que não sucedeu em 2006 e dificilmente sucederá em 2017”*. A questão que coloco e tenho vinco a colocar é a seguinte: Quais são as medidas que a Câmara Municipal, de acordo com as regras orçamentais e com a preocupação que tem no cumprimento rigoroso da lei, prevê fazer em relação a esta situação, que o Tribunal de Contas considera que dificilmente sucederá em 2017?

Mesmo que o Tribunal de Contas dê um acórdão em que aprove o saneamento financeiro, prevê que em 2017 isso não irá acontecer. No orçamento de 2017 está previsto como receita, 15 milhões de euros do empréstimo.

São estas as questões que espero que o executivo municipal nos responda.

Manuel Fernandes (PS) – Em relação às dúvidas suscitadas pela bancada da CDU é curioso dizer que, no despacho conjunto da inspeção-geral de finanças e da direção-geral das autarquias locais, onde diz o seguinte: *“Em cujo elenco não consta qualquer previsão em matéria de IMI”*, mas vossas excelências têm dúvidas referindo este espaço diretamente ao IMI, onde no Tribunal de Contas refere de uma forma ampla à carga fiscal sem mencionar qualquer tipo de imposto e aqui os senhores não têm dúvidas e acham que deve ser mantida a carga fiscal em todos os impostos. Para a bancada do Partido Socialista a dúvida está clara e devidamente esclarecida, mas para vocês certamente que não está. O despacho suscita dúvidas, o acórdão do Tribunal de Contas não vos suscita dúvidas? Aquilo que o Tribunal de Contas diz é a mesma coisa que a CDU disse em 2001, quando requereu o contrato de reequilíbrio financeiro e é por isso que é estranho a CDU dizer e apresentar um plano dentro daquilo que é a legalidade da solvabilidade do município, cumprindo abaixo do rácio de 1.5 (O que vem mencionado no Tribunal de Contas através do vosso plano é 1.28, o que cumpre diretamente 1.5, sendo que ao cumprir esse rácio de solvabilidade significa que não estão reunidas as condições para requerer o contrato reequilíbrio financeiro. Isso é a vossa argumentação) Mas a argumentação do Tribunal de Contas vai ao encontro da vossa argumentação quando requereram o contrato reequilíbrio financeiro, do qual passo a citar: *“A autarquia afirma que as suas receitas correntes tem aumentado e têm satisfeito o volume das despesas correntes. Não se entende então, por que razão continuam a acumular-se novas dívidas de curto prazo, que parecem não ser cobertas por receitas pelo próprio ano”*. E diz ainda: *“As receitas correntes não cobram as despesas correntes.”*

O que é que os senhores invocaram quando fizeram o requerimento para pedir o contrato de reequilíbrio financeiro?

As despesas correntes cresceram sempre acima bem como a consolidação da dívida a credores, a renegociação do débito à banca com a contratação de empréstimos bancários no valor de 47,5 milhões de euros era para equilibrar as contas do município. O problema que os senhores apontaram e que o Tribunal de Contas em 2001 verificou e aceitou como válido, mas foram os senhores que invocaram, desta vez é o Tribunal de Contas que invoca e os senhores não aceitam, suscitam dúvidas e questionam o Tribunal de Contas.

A nossa dúvida mantém-se. Que tipo de argumentos é que invocaram junto do Tribunal de Contas para pedir uma explicação sobre aquilo que foi a recusa do Tribunal de Contas ao vosso empréstimo bancário?

Mantem-se a dúvida, sendo que as dúvidas que o Tribunal de Contas tem, não sabemos nem conhecemos as razões, nem a vossa argumentação para os esclarecer.

Podem esclarecer a assembleia, se faz favor!

Carlos Rabaçal (Vereador) – Há aqui uma confusão no discurso de pelo menos, um ou outro deputado. Nós não pedimos nenhum contrato de reequilíbrio financeiro, mas sim um contratado de saneamento. São figuras diferentes que tem base jurídica diferente e tem objetivos diferentes. O saneamento tem um suporte jurídico determinado e o reequilíbrio tem um suporte jurídico determinado, há uma grande confusão na sua cabeça, paciência!

Há um acórdão do Tribunal de Contas que é feito por um relator determinado que é aprovado. Não sei se os senhores estão habituados a ler acórdãos do Tribunal de Contas em primeira fase. Pela natureza do meu trabalho, com as obras municipais, sempre que passo de um milhão

de euros, lá vai para o Tribunal de Contas e temos recebido de relatores determinados do Tribunal de Contas, acórdãos que são um susto. Se aquilo que lá estivesse escrito na primeira versão do acórdão do Tribunal de Contas fosse concretizado, não faríamos nenhuma obra de um milhão de euros, porque há sempre uma linguagem de uma certa agressividade, invocando questões legais tremendas. É um susto de tal ordem que no início, porque não estava habituado, achava que não se poderia fazer nada. Inicialmente começamos por contestar e eles fazem outras perguntas, depois voltamos a contestar e respondemos às perguntas que nos dirigem, e eles voltam a fazer outras perguntas. Até hoje, em dezenas de obras acima de um milhão de euros, nenhuma foi recusada pelo Tribunal de Contas, todas tiveram visto.

Calma senhores deputados! Porque este acórdão é o primeiro texto que vem para a câmara e câmara apresentou recurso, contestou e foi aceite o recurso, aguardemos! Não sei qual é o problema?

Isto é um não problema, é uma não discussão, porque estamos a antecipar-nos ao Tribunal de Contas, que será a entidade que nos irá dizer se a contestação que fizemos é precedente ou não, por isso constituímos advogado, dado que se trata de coisas muito sérias e é muito dinheiro que está em causa. Decidimos que essa contestação tem que fazer o seu caminho e depois logo veremos.

Pela natureza do andamento processual, quem vai apreciar a resposta será o próximo executivo. Não nos vamos antecipar nem à decisão do Tribunal de Contas, que nós consideramos que pode ser positiva e estamos a trabalhar para isso, nem nos vamos antecipar ao papel do próximo executivo que vai ter que decidir o que fazer em relação a esse empréstimo.

Para não ficarem dúvidas queria deixar claro o seguinte. O empréstimo não é o plano A, é o plano B, porque o plano A é pagar pelas receitas próprias as dívidas que temos. O empréstimo vinha acelerar o pagamento das dívidas que temos, passando dívidas de curto prazo para médio e longo prazo, através do empréstimo, esse é o objetivo central do empréstimo, que estamos convencidos que pode ter ainda o parecer favorável do Tribunal de Contas. Não nos antecipemos, podemos especular a noite toda, mas o certo é que há um acórdão que tem esta natureza, há uma contestação que foi aceite, o que significa que o Tribunal de Contas está a reapreciar o seu próprio acórdão, tendo a nossa contestação. Aguardemos! É esta a nossa posição em relação a esta matéria. É um processo que pode ter alguma litigação, vamos ver o que vai dar.

Que fique claro, que nós não ficamos dependurados no empréstimo, porque o empréstimo era um processo para acelerar a nossa gestão corrente, se não o tivermos iremos trabalhar com o que temos.

É importante ressaltar esta ideia forte que o Tribunal de Contas colocou. Nós estamos numa situação financeira solúvel, não estamos numa situação gritante, mas apesar disso gostaríamos de acelerar os pagamentos aos nossos fornecedores, mas caso não seja aprovado e pensamos que sim, sempre podemos recorrer a outro tipo de empréstimo, mas isso é uma conversa para o próximo executivo, até lá não há mais que falar.

Ausentou-se da sala de reuniões a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Celestina Neves.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor vereador, ninguém está a dramatizar nada, estamos a refletir acerca do documento que temos em mão, não temos mais do que isto e é o documento que temos em mão que estamos a apreciar. Quem dramatizou alguma coisa foi a Senhora Presidente, quando foi para a Comunicação Social dizer que precisava destes empréstimos para pagar a fornecedores, se calhar aí colocou alguma carga dramática, mas nós aqui não

REP

estamos a fazer, porque quem tem as contas em mão, é o executivo da câmara, não são os partidos da oposição. Se é preciso desdramatizar alguma coisa será certamente o executivo e não os partidos da oposição.

Volto novamente a fazer a pergunta e agradecia que o senhor vereador, dentro da sua possibilidade e obviamente que tentará fazê-lo, que partilhasse connosco que tipo de argumentação é que utilizou, porque é essa que possivelmente irá condicionar ou obrigar o Tribunal de Contas a reavaliar a sua própria apreciação acerca do vosso pedido. Seria interessante para nós percebermos até que ponto é que o Tribunal de Contas também se pode ter precipitado na avaliação que fez. Ou partilha connosco os argumentos ou não partilha, mas isso é a vossa posição, no entanto pensamos que seria interessante sabermos qual foi a argumentação utilizada pelo executivo, para contestar a posição do Tribunal de Contas perante esta matéria.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Para esclarecer a situação queria perguntar ao senhor vereador se em 2017, os 15 milhões de euros estão considerados como aumento de fundos disponíveis, como ilegalmente fizeram em 2016. Se em 2017, para o contrato de saneamento financeiro estão considerados como aumentos dos fundos disponíveis do município?

Carlo Rabaçal (vereador) – Não tenho essa informação, em relação à argumentação aduzível e não a vamos trazer aqui, visto que é uma argumentação que temos que manter na reserva do nosso advogado, que está numa litigação com o Tribunal de Contas. Os senhores vão ter que aguardar serenamente como nós, qual é o resultado da resposta do Tribunal de Contas. Ninguém, em sede de litigação do Tribunal de Contas publicita a argumentação que teve com o Tribunal de Contas. Vamos aguardar serenamente que o Tribunal de Contas, acolhendo a nossa reclamação, a nossa contestação nos responda e é essa resposta que vamos partilhar, assim como poderemos partilhar todo o processo, mas isto tem fases de trabalho e neste momento estamos numa fase em que não há muito para partilhar.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O senhor vereador tem a obrigação de responder a uma questão fundamental, se os 15 milhões de euros estão incluído nos fundos disponíveis. É uma questão de gestão financeira fundamental da câmara.

Carlos Rabaçal (Vereador) - Não tenho essa informação, não sei se o senhor diretor financeiro tem essa informação. Foi isso que lhe disse anteriormente, não tenho essa informação, vou buscá-la e digo-lhe depois, não vou inventar. Quer que invente? Posso fazer chegar essa informação quando for oportuno.

4. Deliberação n.º 296/17 - Proposta n.º 70/2017 – DAFRH/DIGEF – 3.ª Revisão ao Orçamento

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 2 abstenções do PS e BE e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU, 2 abstenções do PS e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

10

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais de liberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Afonso Luz (CDU) – Queria pedir que fosse considerada nesta proposta uma correção no ponto 3, onde se lê: “*Rendimento Mínimo Garantido*” deverá ler-se: “*Retribuição Mínima Mensal Garantida*”.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PSD/CDS e 13 abstenções, sendo 10 do PS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

5. Deliberação n.º 294/17 - Proposta n.º 68/2017 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo Portugal 2020 - RETIRADA

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 2 votos contra do PSD/CDS e BE e o PS reserva a sua posição para o plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 de AC, 1 abstenção do BE e 1 voto contra do PSD/CDS. O PS reserva o direito de voto para o plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Carlos Rabaçal (Vereador) – O executivo propunha que esta proposta fosse retirada, porque apareceram outros projetos comunitários financiados e nós precisávamos de ajustar este pedido de empréstimo aos novos valores das novas intervenções com fundos comunitários. Temos que retirar esta proposta, levá-la a reunião de câmara com a retificação dos valores do empréstimo e depois voltar à próxima Assembleia Municipal, porque caso contrário ficamos com um empréstimo muito abaixo daquilo que será necessário e depois iríamos ter que pedir um segundo empréstimo para fundos comunitários. A ideia é retirar esta proposta e poder reformulá-la e ajustá-la às necessidades de investimento real dos projetos comunitários.

Presidente da Mesa – Este ponto da ordem de trabalhos será retirado por iniciativa do proponente.

Joel Marques (PS) – Esperava ouvir por parte do executivo que a proposta era retirada, porque enferma num vício formal, por não ter sido apresentada à oposição em reunião de câmara, com o prazo mínimo previsto na lei para que pudesse ser analisada, mas registo a retirada da proposta.

178

6. Deliberação n.º 297/17 - Proposta n.º 71/2017 – DAFRH – Contratação de empréstimo para financiamento de despesas de investimento – 2017 - Informação

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 votos contra do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 de AC, e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PSD/CDS. O BE reserva o direito de voto para o plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor da CDU, 17 votos contra, sendo 10 do PS, 5 do PSD/CDS-PP e 2 do BE, e 1 abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

7. Deliberação n.º 295/17 - Proposta n.º 69/2017 – DAFRH – Ecoparque do Outão – Regulamento de Utilização e Tabela de Taxas

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 de AC, 1 do PS e 1 do BE, e uma abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor, 3 da CDU, 2 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e uma abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor, 3 da CDU, 2 do PS e 1 do BE, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Joel Marques (PS) – Sem me querer alongar muito, até, porque a questão que pretendo colocar ao Executivo, independentemente da resposta que tenha, não irá alterar o sentido de voto favorável do Partido Socialista relativamente a este regulamento.

O artigo 3º, ponto 2, no horário de funcionamento da receção do Ecoparque levantou-me algumas questões que me parecem ser pertinentes. Quando convido alguém para minha casa tenho que estar disponível para receber, é um ponto em que todos nós estamos de acordo. O encerramento da receção às 19h00, quando foi definido, não sei se teve por base comparação com outros parques ou com outras estruturas semelhantes, mas a verdade é que, quando falamos neste tipo de turismo tão específico, que as pessoas estão em deslocação em veículos que são maioritariamente lentos quer as caravanas ou autocaravanas, o horário da receção

parece-me efetivamente curto. Não foi preciso procurar muito para encontrar outros parques de dimensões e características semelhantes e geridos por entidades públicas, como é o exemplo do Parque Biológico de Vinhais que é gerido por uma empresa municipal e cuja receção funciona das 9h00 às 20h00, o parque de campismo da praia fluvial de Aldeia Ruiva em Proença-a-Nova que é gerido pela Câmara Municipal, que no período de Verão funciona das 10h00 às 20h00, o parque de campismo do Rossio de Valhelhas na cidade da Guarda, que é gerido por uma Junta de Freguesia e que nos dois principais meses de Verão, Julho e Agosto, tem um horário das 8h00 até às 22h00.

Esta definição de horário foi feita “*Ad hoc*”? Porque sim? Teve alguma base comparativa ou algum argumento efetivamente forte, para que fosse este e não o período mais alargado, pelo menos naquilo que é os meses mais relevantes que são os meses de Verão?

Se bem que é certo, que estamos a colocar em funcionamento um espaço já depois do Verão ter terminado, mas o regulamento é um regulamento para o ano inteiro e não apenas para o momento em que o espaço entra em funcionamento.

Carlos Rabaçal (Vereador) – A proposta foi feita pelos técnicos dos serviços que estudam o funcionamento de vários parques, em todos os seus aspetos, certamente que referenciou os parques que fecham às 20h00 e outros às 19h00 ou outras horas. Se houver alguma necessidade, porque se trata de um parque que só agora irá iniciar a sua utilização, seguramente poderemos promover uma alteração ao horário. Este foi o horário que a equipa que está a tratar deste processo do Ecoparque entendeu ser o mais adequado. Estou convencido que a experiência prática irá dizer se esse horário é adequado ou se justifica algum alargamento em determinado período, até porque também nós não temos muita essa experiência, pois há outros aspetos do regulamento que refletem uma grande falta de experiência.

Fica essa nota e vou transmitir essa nota e essa preocupação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS e 3 do BE, e 5 abstenções do PSD/CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

8. Deliberação n.º 276/17 - Proposta n.º 20/2017 – GAP – Protocolo com a PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, S.A., para a realização de telenovela da TVI intitulada provisoriamente “Condição Humana”

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

100

9. Deliberação n.º 266/17 - Proposta n.º 33/2017 - DURB/DIPU/GAPU - Reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial propriedade da Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal, Lda., sito em Quinta da Salmoura, União de Freguesias de Azeitão, concelho de Setúbal, ao abrigo do artigo 5.º, do D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 de AC e 1 do PS, e 2 abstenções PSD/CDS e do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor, 3 da CDU, 2 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e abstenção do PS, PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, sendo 19 da CDU e 10 do PS, e 8 abstenções, sendo 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Alberico Alho (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Mais uma vez trata-se de uma chantagem insuportável sobre esta Assembleia Municipal. A promessa de novos postos de trabalho tem servido para todas as espécies de violações do PDM. Hoje é a Coca-Cola, amanhã será uma central nuclear, depois de amanhã uma fábrica de armamento. Os postos de trabalho têm servido para todas estas violações. Por isso nos abstivemos.”*

Presidente da Mesa – Ainda não chegámos ao fim da nossa reunião, ficou decidido em Comissão Permanente que no fim desta reunião fosse dada a cada bancada um período de cinco minutos no máximo, para fazer uma intervenção, abordando o assunto que quisessem, usando conforme melhor lhes aprouvesse. Já não posso dar à representante de Azeitão no Coração, mas vou dar a palavra à bancada do Bloco de Esquerda para intervir.

Henrique Guerreiro (BE) – Quando propusemos na reunião da Comissão Permanente a existência deste ponto, tínhamos como objetivo procurar que não acontecesse aquilo que aconteceu ao longo desta Assembleia Municipal, as sucessivas despedidas, alguma troca de galhardetes que é sempre usual nestas assembleias. O nosso objetivo era o melhor possível, infelizmente isso não aconteceu.

Na altura em que esta assembleia tomou posse, em que eu e os meus camaradas, Maria do Rosário e Albérico Afonso tomamos posse, aquilo que vos dissemos, era que vínhamos para esta assembleia e que trabalharíamos sempre frontalmente, não deixando de dizer aquilo que era o nosso pensamento e que trabalharíamos sempre lealmente com esta Assembleia. Terminado que é o mandato, queremos dizer que nunca deixámos de ser leais, mas nunca deixámos de dizer exatamente aquilo que queríamos dizer, e da forma como queríamos dizer. Terminámos aqui a nossa ação!

Setúbal está diferente, vivemos um período diferente, desapareceu um Governo tenebroso que deixou o país de rastos, hoje temos um outro Governo. Desapareceu daquela parede a fotografia de um Presidente da República, que de vez em quando teima em reaparecer vindo das cinzas, ainda não temos lá o novo Presidente, eventualmente ainda não houve nenhuma

“selfie” que pudesse servir para decorar as nossas paredes. A cidade também está diferente, a baixa da cidade está diferente, está mais bonita, mais organizada e isso é um trabalho que se deve a este executivo municipal. Do ponto de vista cultural Setúbal está diferente, temos hoje uma agenda cultural da cidade a que não estávamos habituados e esse foi trabalho também deste executivo que aqui queríamos saudar. No entanto, hoje já foi referido, a cidade continua igual nas suas periferias, desacompanhada, desordenada, sem saneamento total na Freguesia de Azeitão, sem saneamento total nalgumas freguesias da zona nascente e esse será um trabalho que é responsabilidade de todos, conseguir que no próximo mandato, aqueles que aqui estiverem, quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, deveriam concretizar. Sem saneamento, sem água, sem esgotos em todo o concelho é um concelho sempre desigual. Essa responsabilidade cabe sobretudo à maioria que sair da próxima Assembleia Municipal.

Quanto ao resto, desculpem qualquer coisinha, às vezes gostei de estar aqui, mas nem sempre gostei de estar aqui.

Presidente da Mesa – Dou a palavra em seguida ao porta-voz da coligação PSD/CDS.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O PSD e o CDS participaram ativamente neste mandato na Assembleia Municipal, contribuíram com as suas propostas, com as suas intervenções para transmitir uma ideia de mudança na vida política do concelho, naturalmente ao nível dos seus resultados eleitorais de há quatro anos. Acima de tudo achamos que a cidade e o concelho de Setúbal têm que mudar, não é só os aspetos externos que são importantes e eles dão uma sensação aparente de bem-estar, mas há muitas coisas que são importantes e que não são feitas, como as questões relacionados com a mobilidade e as vias de comunicação, o saneamento básico e a água e a limpeza. Temos um grave problema de limpeza na cidade mesmo nas zonas centrais da cidade, não preciso sair da minha casa para ver como as coisas não são limpas, incluindo os parques infantis. Se os Senhores Presidentes de Junta pudessem ir visitar estas zonas, logo veriam o estado em quem eles estão.

Só há um desenvolvimento a sério na cidade se houver criação de riqueza pelos empresários e pelas pessoas, mas acima de tudo que a Câmara Municipal tenha capacidade financeira para gerir o património, diminuindo os impostos sobre os cidadãos e fazendo os investimentos ao nível das suas capacidades financeiras. Enquanto não fizerem isso ficamos na situação em que no encontramos. Em ano de eleições há investimento, mas para o próximo ano vamos ver a queda abrupta do investimento, porque não vai haver capacidade financeira, porque as receitas rondam os 66 milhões e as despesas vão aumentar muito para o ano. O povo de Setúbal tem uma oportunidade no dia 1 de outubro de fazer as suas opções, sei que o vão fazer livremente e espero que saibam o que estão a decidir.

Presidente da Mesa – O porta-voz da bancada do Partido Socialista.

Vitor Ferreira (PS) – Terminará por estes dias mais um mandato autárquico neste Portugal que Abril nos deu oportunidade, nomeadamente através do poder local de construir de forma democrática e livre que é como quem diz, com a garantia de que por muitos mandatos que nos tenham na sequência da manifestação da vontade popular sempre será possível que nenhuma voz se cale e que todos contribuam para o que é, o afinal de todos, assim aconteceu. A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal assume com satisfação o seu dever cumprido, fomos oposição com motivação, empenho, honestidade, frontalidade, apresentámos propostas, apresentámos críticas, contribuimos para afirmar Setúbal e Azeitão e para a dignificação desta Assembleia Municipal, espaço privilegiado do debate e da construção

democrática da vida de todos, mesmo daqueles que se poderão declarar mais zangados ou afastados das coisas da política, mesmo daqueles que não partilham connosco as mesmas ideias, os mesmos caminhos, os mesmos princípios. É natural que assim seja, quem governa, quem detém o poder, tem naturalmente a tendência para privilegiar no seu discurso, o que considera ter feito importante e de bem, sendo que a oposição devendo assegurar o reconhecimento e o apoio ao que considera positivo, não pode deixar de assinalar, sobretudo num órgão com as competências duma Assembleia Municipal e em nome do seu mandato, sim, porque, a oposição também é eleita pelo voto do povo, o que considera menos bem feito ou por fazer. É bem certo que estes desequilíbrios nem sempre são fáceis e possíveis. É bem certo que sendo nós humanos nem sempre demonstramos a capacidade, porque ela não é inata, mas sim resultado da formação e de um percurso de vida de não nos deixarmos envolver pela arrogância de um poder quase absoluto. É possível ler nas atas a constatação admirada de quem regista que muitas das deliberações desta casa tenham sido aprovadas por unanimidade, chama-se oposição responsável. É possível ler nas atas propostas como a da redução gradual do valor da taxa de IMI e da comparticipação de IRS, chama-se oposição com propostas e firme na defesa do programa que apresentou ao eleitorado. É possível ler nas atas tantas coisas e dizer agora outras tantas, algumas até simpáticas, que mostram que é possível, apesar de tudo, termos respeito uns pelos outros, mas infelizmente também é possível ler nas atas como executivo municipal pecou pela ausência de respostas a muitas das perguntas dos cidadãos e das bancadas da oposição, omitiu e faltou à verdade à Assembleia Municipal de Setúbal, num infeliz episódio da comunicação da DGAL sobre a possibilidade de redução do IMI em 2015, momento em que foi claro e tristemente quebrada a boa relação institucional, que entre órgãos autárquicos se deve construir e se ofendeu a dignidade desta Assembleia Municipal. É bem possível ler nas atas diferentes formas de condução dos trabalhos desta casa e perceber. É este o nosso entendimento e é da mesma forma que sentimos que a existência de uma maioria absolutamente legítima, é certo, ainda que construída a partir do contributo democrático dos presidentes das juntas de freguesia nos impediu a todos poder e oposição de ir mais longe, segundo a nossa perspetiva, na construção de mais e melhores respostas para o setubalense e para os azeitonenses. Consideramos que este mandato não defendeu sempre as franjas mais desprovidas da sociedade, nomeadamente durante o recente período de crise do país. Quando, por exemplo, não se baixaram impostos, a não ser pela decisão do 21º Governo Constitucional, não se tendo visto políticas credíveis de habitação social, nem de habitação para jovens, não se ajudando as IPSS do concelho como seria devido. Ficamos, afinal, sem a prometida biblioteca municipal, sem o terminam 7, a casa de Luísa Todi, sem o parque urbano da Várzea, fica o PDM por rever, aliás desde 2004, planos de pormenor por resolver, um pedido de saneamento financeiro que nem a justiça convenceu. No final veio a opção eleitoralista de anunciar ou afirmar perspetivas interpretações com o dinheiro do contribuinte ao ponto da Comissão Nacional de Eleições ter de intervir. Mas a maquilhagem tornou Setúbal mais bonita, bem, isso é verdade e eu sou setubalense, por isso parabéns, a cosmética resulta até eu sou capaz de reconhecer isso.

Termino com um elogio e um agradecimento sinceros a todos os que nos serviços de apoio à Assembleia Municipal nos ajudaram a desempenhar o nosso mandato.

Uma palavra igualmente sincera a todas as senhoras e senhores deputados e de apreço e reconhecimento pelo papel que desempenham em prol da cidade e do concelho.

No final do dia considero que, independentemente de tudo o que nos pode aproximar ou afastar, todos nos podemos orgulhar do esforço que desenvolvemos.

Por último uma palavra para a minha bancada. Amigos companheiros e camaradas servimos bem a democracia, servimos bem Setúbal e Azeitão, servimos bem o Partido Socialista,

MD

saíamos orgulhosos, porque nos honramos e continuamos a permitir que aqueles que nos conhecem, confiam e confiam-se do nosso orgulho.

Como costume dizer entre nós. Viva Setúbal! Viva Portugal! Até à vitória, sempre!

Presidente da Mesa – Finalmente dou a palavra ao porta-voz da bancada da CDU.

João Luz (CDU) – Um agradecimento especial àqueles que nos acompanharam ao longo do mandato e foram garantindo o funcionamento da Assembleia, o conjunto de técnicos municipais que foram sempre incansáveis no apoio ao funcionamento deste órgão.

Uma referência especial a todos os eleitos que ao longo do mandato assumiram funções na mesa da Assembleia, com uma palavra especial de reconhecimento para o meu camarada Rogério Palma Rodrigues, que julgamos ter desempenhado com elevada dignidade a função de presidente da Assembleia Municipal, contribuindo para o seu bom funcionamento e para o prestígio deste órgão autárquico.

Uma palavra de reconhecimento a todos eleitos que ao longo do mandato contribuíram com o seu trabalho, com as suas ideias e propostas para enriquecimento desta assembleia e da democracia local. Ao longo do mandato e independentemente das naturais divergências de opinião, julgamos ter sido capazes de discutir, de refletir de decidir, num clima de sã convivência democrática, representando as populações que nos elegeram e com o objetivo comum de desenvolver o concelho e melhorar as condições de vida das populações.

Uma palavra também aos Senhores Vereadores e à Senhora Presidente que, no quadro da assembleia e dos trabalhos desta Assembleia Municipal sempre responderam a todas as solicitações, independentemente da resposta de nem sempre agradar ou satisfazer a quem as colocou.

Como conclusão desta intervenção que pretendo que seja muito breve, podemos dizer no final deste mandato, que coletivamente todos nós contribuimos para “*a construção de mais Setúbal*”, este era o lema que apresentámos às eleições passadas, que esta assembleia deu um contributo em todas as áreas, na defesa dos serviços públicos municipais, na prestação de serviços às populações e na defesa da melhoria de qualidade de vida no concelho de Setúbal. Esta transformação profunda que se tem vindo a desenvolver no concelho, que partiu do zero, é um concelho com um conjunto de problemas profundos que têm vindo a ser resolvidos, que não parou aqui e estamos convencidos com aquilo que resultar das próximas eleições, certamente esta assembleia continuará este caminho de aprofundamento desta transformação, de procura de um desenvolvimento harmonioso entre as comunidades humanas e a natureza no nosso concelho, com um conjunto de projetos e a construção de soluções, que muitas delas já estão em andamento, são propostas e projetos que estão a em cima da mesa já hoje, não tenho dúvidas que as populações do concelho de Setúbal saberão reconhecer o trabalho que foi feito e não deixarão de decidir no próximo dia 1 de Outubro, para que os órgãos deste município quer a Câmara Municipal, quer a assembleia continuem este trabalho de profunda transformação no município.

Presidente da Mesa – Minhas senhoras, meus senhores, senhores deputadas, senhores vereadores e restantes presentes, em nome da Mesa e de mim próprio, queria apresentar a todos muito simplesmente, mas também muito sinceramente, os melhores votos de felicidades para o futuro.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e dois de setembro, de dois mil e dezassete, contém cinquenta e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

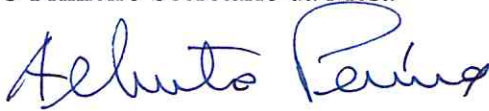
O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram duas horas e quarenta minutos do dia vinte e três de setembro, de dois mil e dezassete.

O Presidente da Mesa



Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

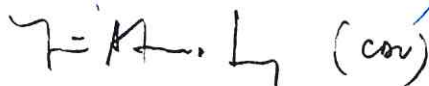
A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens



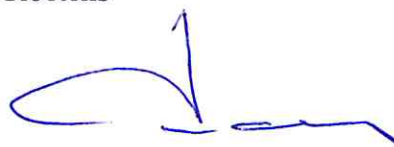
V.ª D.ª R.ª (PS)



F.ª M.ª L.ª (cov)



Yolande Paule Juliette Cloetens



Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada: Ana Cristina Claro
Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa